



Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e Administração
2009

**Ana Lúcia Simões
Ramos**

**Mecanismos de endosso dos regulamentos em
procedimento de Comitologia**



Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e Administração
2009

**Ana Lúcia Simões
Ramos**

Mecanismo de endosso dos regulamentos em procedimento de Comitologia

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Professor Domingos José da Silva Cravo, Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Universidade de Aveiro

orientador

Doutor Domingos José da Silva Cravo
Universidade de Aveiro

arguente

Professor Doutor António Rodrigues Neto
ISCA – Aveiro

agradecimentos

Agradeço a todos os que tornaram possível a realização deste trabalho, nomeadamente ao Professor Doutor Domingos José da Silva Cravo, à Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo e à Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira.

Agradeço também de uma forma especial ao meu marido Celestino e à minha filha Matilde pela sua compreensão e carinho.

palavras-chave

Regulamento, Comitologia, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Estudos de Impacto, Mecanismo de Endosso (*Endorsement*)

resumo

Consideramos importante e actual estudar e analisar este tema, uma vez que o modelo de normalização contabilístico comunitário deixou de estar exclusivamente assente nas Directivas Comunitárias para passar a atender ao Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, que veio admitir que as normas fossem adoptadas e aplicadas a nível comunitário, com o objectivo de facilitar a sua harmonização, comparabilidade e uniformidade.

O mecanismo do endosso (*endorsement*) introduz no direito comunitário as normas internacionais de contabilidade. Isto processa-se através do procedimento de Comitologia que é um mecanismo célere em matérias comunitárias com o objectivo de desenvolver regulamentação comunitária. É através deste procedimento que as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) assim como as interpretações são aprovadas ou rejeitadas para adopção na União Europeia.

Este procedimento foi sofrendo alterações ao longo do tempo no sentido de melhorar o processo e a qualidade das normas a introduzir na União Europeia. O Parlamento Europeu cada vez mais tem assumido um poder maior neste processo, passando assim a interferir no procedimento de aprovação das normas. As normas actualmente também têm reflectido algum interesse político, uma vez que a sua aplicação tende a satisfazer o interesse público europeu.

Actualmente, antes de qualquer norma/interpretação ser aprovadas ou não o Parlamento Europeu requer à Comissão Europeia estudos de impacto, ou seja, a avaliação do impacto que a aplicação da norma vai ter na prática na realidade empresarial europeia. O objectivo é que as normas adoptadas na União Europeia não prejudiquem as empresas que as vão aplicar.

keywords

Regulation, Comitology, European Parliament, European Commission, Effect Studies, endorsement.

abstract

Consider important and topical study and analyze this issue, since the model accounting standards community ceased to be exclusively based on the Community Directives to pass to meet the Regulation 1606/2002 of the European Parliament and the Council has accepted that the standards were adopted and implemented at Community level in order to facilitate the harmonization, comparability and uniformity.

The endorsement introduces into Community law the international accounting standards. This takes place through the Comitology procedure is a mechanism that rapidly in European Union matters with the aim of developing Community legislation. It is through this process that the International Accounting Standards (IAS/IFRS) and interpretations are adopted or rejected for adoption in the European Union.

This was changed over time to improve the process and quality standards to be introduced in the European Union. The European Parliament has increasingly assumed a greater power in this process, going well to interfere in the procedure for adoption of standards. The rules now also have reflected some political interest, because its application tends to satisfy the European public good.

Currently, before any rule or interpretation is adopted or not the European Parliament asks the European Commission effect studies or evaluation of the impact that the implementation of the standard will actually be in practice European business. The aim is that the standards adopted in the European Union will not affect the companies that will apply.

Lista de Siglas

ARC - *Accounting Regulatory Committee*;

CE - Comunidade Europeia;

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*;

IAS - *International Accounting Standards*;

IASB - *International Accounting Standards Board*;

IFRIC - *International Financial Reporting Interpretations Committee*;

IFRS - *International Financial Reporting Standards*;

JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;

SARG - *Standards Advisory Review Group*;

TEG - *Technical Expert Group*.

Figuras

Figura 1 – Procedimento de Co-decisão	5
Figura 2 – Procedimento de Comitologia em matérias de normalização contabilística anterior a Julho de 2006	11
Figura 3 – Procedimento de Comitologia em matérias de normalização contabilística posterior a Julho de 2006	13
Figura 4 – Processo de alteração à IAS 39 e à IFRS 7	19

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo 1: Enquadramento Jurídico do Procedimento de Comitologia.....	3
1.1 O procedimento de Comitologia	3
<i>1.1.1 Evolução histórica</i>	<i>3</i>
<i>1.1.2 A Comitologia em matérias de normalização contabilística.....</i>	<i>10</i>
1.2 Procedimento de Urgência.....	14
1.3 Tratado de Lisboa.....	20
1.4 Importância política do procedimento de Comitologia	25
Capítulo 2: A aplicação do Procedimento de Comitologia no caso do Regulamento 1606/2002	29
2.1 Procedimento anterior – Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999	30
<i>2.1.1 Impacto em algumas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)</i>	<i>31</i>
<i>2.1.1.1 IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.....</i>	<i>31</i>
<i>2.1.1.2 IFRIC 3 – Direitos de Emissão.....</i>	<i>35</i>
<i>2.1.1.3 IFRIC 12 – Acordos de Serviços de Concessão</i>	<i>36</i>
2.2 Procedimento actual – Decisão 2006/512/CE do Conselho, de 17 de Julho de 2006	39
<i>2.2.1 Impacto em algumas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)</i>	<i>40</i>
<i>2.2.1.1 IFRS 8 – Segmentos Operacionais</i>	<i>40</i>
<i>2.2.1.2 IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis</i>	<i>43</i>
<i>2.2.1.3 IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras</i>	<i>48</i>
Notas Finais	59
Bibliografia.....	63

Introdução

O tema que vamos estudar insere-se num projecto global que tem como propósito analisar e avaliar os impactos da adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

Com este trabalho vamos dar a conhecer o caminho que as normas percorrem, desde que são propostas até à sua aprovação e publicação pelos órgãos competentes. Procuramos igualmente dar conta da forma como se procede à inclusão das abiliidade (IAS/IFRS) no direito comunitário.

Este tema apresenta-se pertinente, uma vez que o modelo de normalização contabilístico comunitário deixa de estar assente exclusivamente em Directivas Comunitárias e passa a basear-se no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 297/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008. Estes regulamentos visam a harmonização, a comparabilidade, assim como a uniformidade das normas contabilísticas e vieram permitir a adopção das IAS/IFRS pela Comunidade Europeia (CE). Esta posição da CE tem muito que ver com o objectivo de dinamização do mercado de capitais.

Este trabalho divide-se em dois capítulos, o primeiro que aborda o enquadramento jurídico do procedimento de Comitologia e o segundo a aplicação do procedimento de Comitologia no caso do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

No primeiro capítulo começamos por estudar o procedimento de Comitologia, a sua evolução histórica e como funciona este procedimento em matérias de normalização contabilística. Fazemos também uma breve exposição do procedimento de urgência, uma vez que pela primeira vez teve aplicação prática em matérias contabilísticas dada a agitação financeira vivida no momento. Falamos também do Tratado de Lisboa, porque já foi assinado por todos os Estados Membros e agora só aguarda a ratificação de todos para entrar em vigor, e nesta altura vai introduzir algumas alterações no procedimento de Comitologia. E para finalizar este capítulo fizemos uma breve referência à importância

política deste procedimento, porque o Parlamento Europeu cada vez mais tem um maior envolvimento no processo de aprovação das normas a nível europeu, logo os seus interesses políticos vão estar sempre por trás das novas normas.

No segundo capítulo deste trabalho, vamos estudar a aplicação do procedimento de Comitologia no caso do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, atendendo ao prescrito na Decisão do Conselho 1999/468/CE, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão e na Decisão do Conselho 2006/512/CE, de 17 de Julho de 2006, que altera a decisão anterior, analisando casos concretos nas normas.

Este capítulo divide-se em duas partes, uma onde estudamos o impacto em algumas normas, atendendo ao procedimento de Comitologia anterior a 2006, uma vez que houve algumas normas que não seguiram o caminho normal até à sua aprovação, nomeadamente no caso da IAS 39, IFRIC 3 e IFRIC 12. Na outra parte estudamos o impacto da aplicação do procedimento de Comitologia actual na IFRS 8, IFRIC 15 e na IAS 1 em que foi introduzida a apreciação de estudos de impacto antes da tomada de decisão sobre a aprovação ou não das normas.

Para terminar tecemos algumas notas finais.

Esperamos que a presente dissertação possa contribuir para o conhecimento do funcionamento do procedimento de Comitologia, assim como, da sua aplicação prática na realidade no processo de aprovação de normas em matérias contabilísticas, ao nível comunitário.

Capítulo 1: Enquadramento Jurídico do Procedimento de Comitologia

1.1 O procedimento de Comitologia

1.1.1 *Evolução histórica*

É importante fazer uma abordagem muito breve ao procedimento da co-decisão, uma vez que inicialmente os actos legislativos eram adoptados através deste procedimento que antecede o da Comitologia.

O procedimento de co-decisão foi criado pelo Tratado de Maastricht (artigo 251º do Tratado CE) e concedia ao Parlamento Europeu o poder de adoptar actos legislativos em simultâneo com o Conselho da União Europeia.

De acordo com Martins (2007), cabe à Comissão tomar a iniciativa legislativa apresentando a sua proposta para apreciação ao Parlamento Europeu e ao Conselho, uma vez que estes têm poder de decisão final quanto à sua aprovação ou não, mas nesta tomada de decisão estão os dois em pé de igualdade.

Na prática este envolvimento entre o Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia torna este procedimento muito moroso, uma vez que até cada acto legislativo ser aprovado poderá passar por três etapas que têm como objectivo a sua leitura e análise antes de ser tomada a decisão final.

Segundo Borchardt (2000), a co-decisão permite as seguintes etapas:

- ✓ **primeira leitura:** é o ponto de partida deste procedimento, em que a Comissão Europeia envia uma proposta ao Conselho e ao Parlamento Europeu para que estes a analisem e se pronunciem quanto á sua aprovação ou não. O Parlamento Europeu pode concordar com a proposta na sua totalidade ou pode-lhe introduzir algumas alterações e envia para o Conselho o seu parecer para que este se pronuncie. Se o

Conselho concordar com tudo pode aprovar o acto nesta fase, mas caso não aceite passa-se para a etapa seguinte.

- ✓ **segunda leitura:** o Conselho com base na proposta inicial da Comissão Europeia, no parecer do Parlamento Europeu e nas suas próprias conclusões adopta a sua posição comum, ou seja, emite um documento que justifica a sua posição e expõe as razões porque não aceitou, para que o Parlamento Europeu o analise e se pronuncie. O Parlamento Europeu pode: aprovar a posição comum do Conselho e neste caso o acto é adoptado; pode rejeitá-la na totalidade, o que tem como consequência, a não adopção do acto; ou, pode ainda, aprovar as alterações à posição comum e, sendo assim, se o Conselho as aceitar o acto é adoptado, caso contrário é convocado um Comité de Conciliação. Este comité é composto por igual número de representantes do Conselho e do Parlamento Europeu, e tem como objectivo discutir a posição comum após as alterações efectuadas pelo Parlamento Europeu.

- ✓ **terceira leitura:** se o Comité de Conciliação não ratificar a posição comum, o acto não é aprovado e o procedimento é dado como concluído. Se aceitar a posição comum, esta ainda é submetida à aprovação do Parlamento Europeu e do Conselho, se ambos a aprovarem o acto é adoptado senão não é adoptado.

Na figura 1¹, apresentamos um esquema elucidativo deste procedimento:

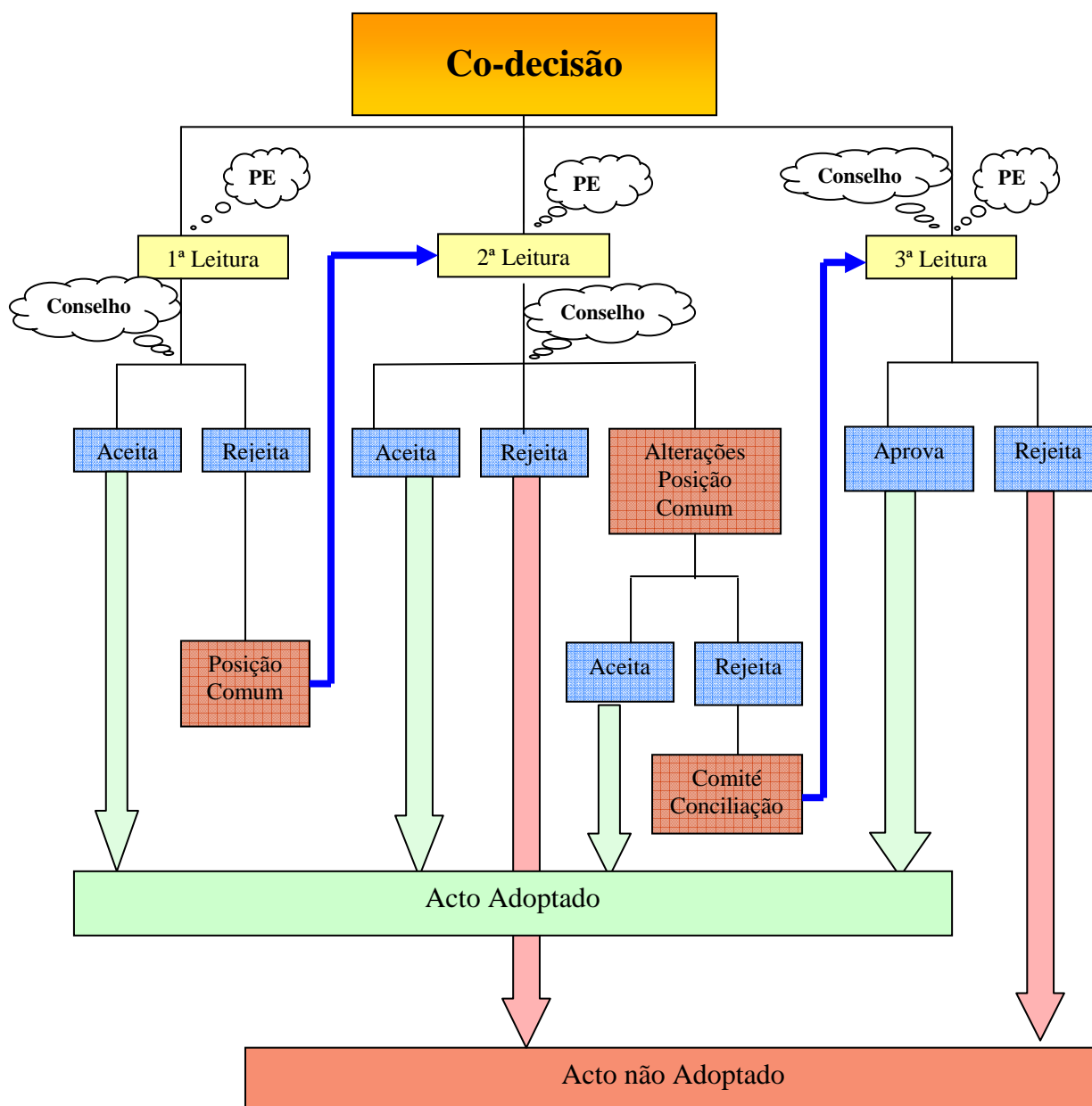


Figura 1- Procedimento de Co-decisão

¹ Fonte: Elaboração própria

A primeira decisão de Comitologia surgiu em 1987 através da Decisão do Conselho 87/373/CE de 13 de Julho de 1987, que fixa as modalidades de exercício da competência de execução atribuída à Comissão Europeia.

É da competência da Comissão Europeia emitir legislação em matérias contabilísticas a nível comunitário. Para colaborar nos vários processos de aprovação das normas é assistida por um comité, atendendo ao procedimento de Comitologia. Os comités estabelecem forças de discussão, são presididos pela Comissão Europeia e constituídos por representantes de todos os Estados-Membros. Não são mais do que debates/diálogos entre a Comissão Europeia e os representantes de interesses a nível nacional antes de se ratificarem as medidas em causa, ficando assim a Comissão Europeia com a segurança de que o acto que vai ser aprovado se aproxima ao máximo da realidade onde vai ser inserido e que, em princípio, não vai prejudicar as empresas de cada país.

Os comités “Comitologia” têm como objectivo auxiliar a Comissão Europeia no exercício das suas competências de execução que lhe foram conferidas pelo legislador. Estes comités foram criados pelo legislador, ou seja, o Parlamento Europeu e o Conselho, atendendo aos procedimentos legislativos do chamado “acto de base”, a sua estrutura assim como os métodos de trabalho estão uniformizados e agem em conformidade com o procedimento de Comitologia. Os comités emitem pareceres referentes aos projectos das medidas de execução apresentadas pela Comissão Europeia e participam nos procedimentos de consulta, gestão e regulamentação. Mas, estes procedimentos entre a Comissão Europeia e os vários comités seguem determinados modelos que foram estabelecidos pelo Conselho.

Em 28 de Junho de 1999, surgiu uma nova Decisão do Conselho a 1999/468/CE, que veio substituir na totalidade a anterior com o objectivo de clarificar o funcionamento do procedimento de Comitologia. A partir desta data, passou a haver alguma coerência na escolha do comité, atendendo ao acto que está a aguardar aprovação, no sentido de facilitar o funcionamento do processo no que se refere à capacidade de execução concedida à Comissão Europeia, assim como para melhorar a participação do Parlamento Europeu neste procedimento, atribuindo, assim, mais relevância aos seus pareceres para a tomada da decisão.

A Comissão Europeia passou a ter de informar com alguma regularidade o Parlamento Europeu dos trabalhos que estão em mãos dos seus comités, assim como quando esta apresenta propostas ou novas medidas ao Conselho, e além disso, o acesso da informação sobre os procedimentos dos comités ao público também deve melhorar, ou seja, estes trabalhos devem ser publicados de modo a que os interessados os possam consultar. A partir de 2003 a Comissão Europeia disponibilizou um registo com todas as referências dos trabalhos que envia ao Parlamento Europeu para que o público em geral o possa consultar, com o objectivo de ampliar a clareza do funcionamento dos comités.

Segundo o relatório da Comissão Europeia, Com (2007) 842 Final, sobre o trabalho dos Comités em 2006, de 20 de Dezembro de 2007, um dos objectivos da Comissão Europeia é melhorar os seus registos com a finalidade de facilitar ao Parlamento Europeu e ao público, em geral, o acesso aos documentos tornando-o mais coerente e claro.

Com este acesso da documentação muito mais facilitado ao Parlamento Europeu, assim com o ao público em geral, começa-se a exercer uma participação um pouco mais activa do Parlamento Europeu no decorrer deste processo, o que incentiva o início do exercício do seu direito de controlo.

O Conselho sujeita as funções de execução da Comissão Europeia a três Comités: o de consulta, o de gestão ou o de regulamentação com o objectivo de controlar melhor os seus poderes de execução.

Todas as medidas de gestão devem ser adoptadas pela Comissão Europeia através de um procedimento que garanta a tomada de decisões em prazos apropriados, devendo para tal ser adoptadas através de um procedimento de gestão, como é o caso, por exemplo, da execução da política agrícola comum ou de programas orçamentais. Neste procedimento a Comissão Europeia é assistida por um Comité de Gestão formado por representantes dos Estados Membros e orientado pelo representante da Comissão Europeia, que divulga o projecto das medidas a tomar. O comité emite o seu parecer dentro do prazo fixado e por maioria qualificada atribuída por votação dos representantes dos Estados-Membros. Se as medidas a aplicar forem ao encontro deste parecer são logo aplicáveis, se não são transmitidas ao Conselho.

O procedimento de regulamentação deve ser seguido para as medidas de execução de âmbito geral, mas desde que se mantenha o direito de iniciativa em termos legislativos por parte da Comissão Europeia, normalmente é utilizado para actos de base como é o caso, por exemplo, da protecção da saúde.

A Comissão Europeia é assistida por um Comité de Regulamentação que é dirigido pelo representante da Comissão Europeia e composto por representantes dos Estados-Membros. Este comité concede o seu parecer em prazo útil e por maioria qualificada dos votos, em que o presidente não vota. Se o parecer for idêntico às medidas a tomar a Comissão Europeia aprova-as, se não apresenta instantaneamente ao Conselho uma proposta das medidas a adoptar e tem de informar o Parlamento Europeu. Se no prazo fixado o Conselho se manifestar contra a proposta, a Comissão Europeia deve reanalisá-la e se o entender pode corrigi-la e enviá-la de novo para apreciação.

Sempre que necessário, deve-se aplicar o procedimento consultivo, em que a Comissão Europeia é auxiliada por um Comité Consultivo que é dirigido pelo representante da Comissão Europeia e constituído por representantes dos Estados-Membros. O representante da Comissão Europeia expõe a proposta das medidas a adoptar e este comité dá o seu parecer no prazo estipulado e permitido. Este parecer deve ficar registado numa acta, onde também pode constar a posição de cada Estado-Membro, caso os seus representantes o entendam. A Comissão Europeia deve comunicar ao comité a forma como tomou o seu parecer em conta.

Em 17 de Julho de 2006 surge a Decisão do Conselho 2006/512/CE, que veio alterar a Decisão 1999/468/CE que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão Europeia. Esta Decisão do Conselho veio introduzir no procedimento de Comitologia uma nova regra para o exercício das competências da Comissão Europeia, que é o procedimento de regulamentação com controlo, para as medidas de alcance geral, de modo a possibilitar um controlo antes da aprovação das medidas propostas por parte de toda a autoridade legislativa, o Parlamento Europeu e o Conselho. O Parlamento Europeu deve ser sempre avisado de todos os trabalhos que estão em mãos dos comités, no sentido de melhorar a sua participação e envolvimento em todo o processo legislativo.

No procedimento de regulamentação com controlo a Comissão Europeia é auxiliada por um Comité de Regulamentação com Controlo que é presidido por ela e composto por representantes dos Estados-Membros. Este comité emite um parecer sobre o projecto em análise dentro do prazo determinado que é aprovado por maioria absoluta dos representantes dos Estados Membros que o compõem. Caso este parecer esteja de acordo com a proposta da Comissão Europeia esta tem de divulgar imediatamente o seu projecto ao Parlamento Europeu e ao Conselho para eles exercerem o seu controlo. O primeiro por maioria dos membros que o compõem e o segundo por maioria qualificada podem manifestar-se contra a proposta que lhes foi apresentada, fundamentando a sua posição. Neste caso, a Comissão Europeia pode apresentar nova proposta ao comité. Se o comité não emitir qualquer parecer ou se este não estiver de acordo com a proposta da Comissão Europeia esta apresenta-a imediatamente ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Caso o Conselho não aceite as medidas propostas a Comissão Europeia pode-lhe apresentar uma proposta alterada. Caso o Conselho aprove a proposta deve apresentá-la logo ao Parlamento Europeu. Este pode-se pronunciar contra, desde que justifique, e a Comissão Europeia pode apresentar nova proposta ao comité. Caso o Parlamento Europeu não se pronuncie a proposta é aprovada.

Com esta alteração pretende-se que o Parlamento Europeu e o Conselho fiquem em pé de igualdade no âmbito da supervisão do exercício das funções de execução concedidas à Comissão Europeia, o que na prática faz com que tenham uma participação muito mais activa neste processo o que é origina uma maior influência política sobre a nova legislação a ser aprovada.

No caso das matérias contabilísticas, por exemplo, o Parlamento Europeu passou a participar mais activamente nos processos de aperfeiçoamento e da aprovação das IAS/IFRS considerando nas suas decisões o interesse público europeu e pedindo estudos do impacto que a aplicação destas normas vai repercutir na realidade das empresas que as vão aplicar.

Assim, estas avaliações de impacto fazem parte integrante do processo legislativo ao nível da União Europeia, uma vez que a todas as novas propostas legislativas que aguardam aprovação devem-se juntar os estudos que lhes digam respeito. A análise dos efeitos destas avaliações deve ser realizada o mais depressa possível no processo da aprovação das normas para que só sejam aprovadas aquelas que não se reflectam em resultados negativos ou prejudiciais para a realidade das empresas em que vão ser aplicadas.

1.1.2 A Comitologia em matérias de normalização contabilística

A União Europeia declarou a adopção das IAS/IFRS a nível comunitário, através do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, mas fê-lo com algumas reservas essenciais para questões ao nível político. Uma vez que as normas antes de serem aprovadas podem ser reformuladas com o intuito de melhorar ou corrigir alguns pontos ou até mesmo excluí-los na sua totalidade, adoptando assim o mecanismo do endosso (*endorsement*), que introduz no direito comunitário as IAS/IFRS.

De acordo com Antão (2007), isto verifica-se através do procedimento de Comitologia que é um mecanismo mais rápido em matérias legislativas comunitárias, uma vez que inverte a ordem natural das maiorias, ou seja, para a rejeição é que é exigida uma maioria qualificada, quando esta não é alcançada tem como efeito imediato a aceitação da norma, isto é, a sua aprovação e inserção no direito comunitário. Actualmente os actos legislativos são aprovados através deste procedimento.

A Comitologia é uma forma de desenvolver a regulamentação a nível comunitário, em que são atribuídos poderes à Comissão Europeia para fomentar medidas técnicas de implementação dos princípios abrangidos nas directrizes base. Relativamente às matérias contabilísticas, neste procedimento de Comitologia a Comissão Europeia é assistida por um comité o *Accounting Regulatory Committee* (ARC), que é um órgão de carácter político regulador de todos os procedimentos que possam estar associados ao processo da adopção ou não IAS/IFRS.

Com este procedimento, sempre que uma proposta da Comissão Europeia não encontre uma maioria de bloqueio ao longo de todo o seu percurso, implica a sua adopção. Este comité vai prestar apoio e assessoria à Comissão Europeia com o objectivo de cada norma só ser aprovada se com a sua aplicação as empresas apresentarem a situação financeira e os resultados obtidos, de forma verdadeira e fiel. A aplicação da norma tem que zelar pelo interesse público europeu e as informações financeiras a apresentar devem ser úteis para os seus utentes.

Para além da assessoria do ARC a Comissão Europeia é assessorada por um organismo de natureza técnica, o *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG). O EFRAG é um grupo consultivo europeu que se pronuncia sobre a natureza técnica das IAS/IFRS emitindo uma opinião quanto à sua aceitabilidade no seio da União Europeia. Este grupo está isento de qualquer controlo político por parte da União Europeia, uma vez que é uma entidade privada independente. O EFRAG trabalha em colaboração com *Technical Expert Group* (TEG), para que as suas decisões sejam o mais independente possível de quaisquer interesses que possam surgir.

O processo de aceitação das IAS/IFRS é iniciado pela Comissão Europeia que recolhe o parecer do EFRAG e do TEG sobre a proposta de adopção de uma IAS/IFRS em concreto. Na posse deste parecer técnico a Comissão Europeia envia a proposta juntamente com o parecer ao ARC. O ARC vota a proposta e, em caso de aceitação, a proposta é aprovada conduzindo à publicação da IAS/IFRS e consequente aplicação.

A figura 2 ² ilustra este processo:

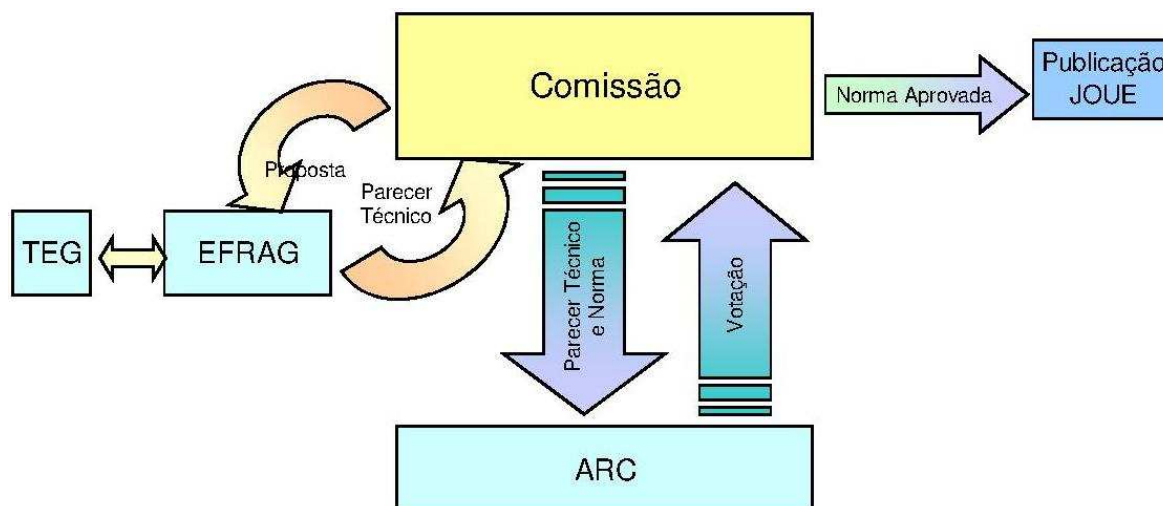


Figura 2: Procedimento de Comitologia em matérias de normalização contabilística anterior a Julho de 2006

A partir de Julho de 2006, o procedimento de Comitologia descrito sofreu alterações muito importantes, uma vez que foi introduzido o procedimento de regulamentação com controlo, em que o Parlamento Europeu passou a assumir um papel muito mais activo neste processo, de forma a enfatizar não só os seus poderes de escrutínio, como também os do Conselho.

Com esta alteração o parecer emitido pelo EFRAG passa a estar submetido a uma avaliação ao nível da sua objectividade e imparcialidade. Esta avaliação é feita por parte de um grupo consultivo, o *Standards Advisory Review Group* (SARG) que foi instituído através da Decisão da Comissão 2006/505/CE de 14 de Julho de 2006.

O SARG é um assessor directo da Comissão Europeia e tem como objectivo garantir a neutralidade e o equilíbrio dos pareceres recebidos por parte do EFRAG, no que se refere ao procedimento da aprovação das normas. Este órgão não é mais do que um grupo de

² Fonte: Elaboração própria

revisão de recomendações sobre as normas, que apresenta à Comissão Europeia a sua opinião sobre o parecer emitido pelo EFRAG, com o objectivo de garantir que as normas que estão sujeitas a aprovação têm bastante qualidade, uma vez que é composto por peritos independentes em matérias contabilísticas. Com base nos pareceres destes dois órgãos, a Comissão Europeia decide se deve ou não propor a adopção de uma nova norma. No caso de optar por a propor esta vai ser submetida a votação por parte do ARC, e finalmente fica sujeita à confirmação do Parlamento Europeu. Caso a norma seja aprovada por todos estes órgãos ela é adoptada na União Europeia após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Actualmente, o próprio Parlamento Europeu tem uma intervenção mais activa neste procedimento, uma vez que passou a controlar os efeitos económicos da aplicabilidade das normas. Para isso está a requerer estudos de impacto, à Comissão Europeia ou a outras entidades que concorrem para fazer estes estudos, com o objectivo de analisar os efeitos da aplicação das propostas, que estão em seu poder, na realidade empresarial para que não prejudiquem as empresas europeias.

Este processo é ilustrado na figura 3 ³

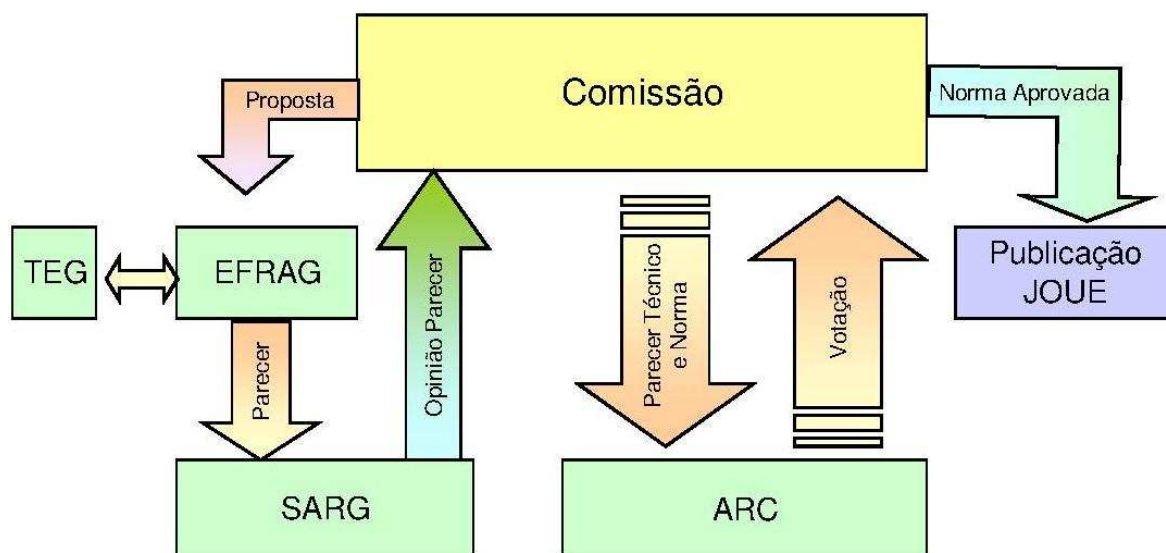


Figura 3: Procedimento de Comitologia em matérias de normalização contabilística posterior a Julho de 2006

³ Fonte: Elaboração própria

1.2 Procedimento de Urgência

A Directiva 98/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Julho de 1998, que altera a Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações das técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade de informação prevê o procedimento de urgência, isto é, as normas podem ser adoptadas imediatamente, mas apenas para situações graves e imprescindíveis, como por exemplo, as relacionadas com a saúde das pessoas e dos animais, a preservação de plantas ou a segurança, e ainda no que se refere às regras respeitantes aos serviços e à ordem pública, como é o caso da protecção dos menores, em que se tenham de produzir normas e técnicas para adoptar de imediato sem possibilidade de efectuar qualquer consulta.

Este procedimento também pode ser utilizado em casos urgentes provenientes de um acontecimento grave para protecção da segurança ou da integridade do sistema financeiro, com o objectivo de defender os depositantes, os investidores e os segurados.

Cada Estado Membro sempre que se socorre deste procedimento deve justificar todos os motivos da urgência para o caso em concreto. A Comissão Europeia num prazo mais curto possível deve pronunciar-se e, se concluir que se está a recorrer a este procedimento sem fundamentação, deve tomar as medidas apropriadas e manter o Parlamento Europeu informado de toda a situação.

Consideramos importante fazer uma abordagem muito breve e geral a esta temática, uma vez que actualmente, embora de forma excepcional, já teve aplicação prática em matérias de normalização contabilística ao nível comunitário.

Dada a situação económica e financeira vivida no momento, o Conselho Europeu reuniu-se nos dias 15 e 16 de Outubro de 2008, com o objectivo de actuar o mais rapidamente possível no sentido de proteger o sistema financeiro europeu, desta reunião tiraram-se algumas conclusões que achamos importante mencionar.

O Conselho Europeu, dada a actual crise financeira tem todo o interesse em tomar medidas, da forma mais célere possível, com o objectivo de renovar o funcionamento do sistema financeiro, acautelando assim, o financiamento da economia de forma normal e eficaz rumo ao caminho do crescimento e do emprego.

As medidas tomadas pelo Banco Central Europeu, assim como pelos bancos centrais nacionais face à situação de crise que se está a atravessar, demonstraram bem o seu esforço de forma coordenada para tentarem atenuar os seus efeitos, no sentido de se tentar manter a liquidez do sistema financeiro sem se perder a confiança e a solidez no actual sistema.

O Conselho Europeu compromete-se a tomar as medidas que se considerem necessárias para assegurar o equilíbrio do sistema financeiro, assim como a apoiar as grandes instituições financeiras com o objectivo de evitar falências e para proteger os depósitos, dando assim uma maior confiança e estabilidade.

Para que se continue a financiar a economia de forma correcta as medidas a tomar vão ao encontro da situação que se está a atravessar actualmente, para isso pretende-se garantir a liquidez suficiente às instituições financeiras e facultar-lhes financiamento para que se consiga ou pelo menos se tente ultrapassar esta situação.

É extremamente importante que as medidas para apoiar as instituições financeiras em dificuldades andem a par com as medidas para apoiar aqueles que estão a ver ameaçadas as suas poupanças, assim como os seus investimentos, para que se protejam em simultâneo ambas as partes intervenientes.

Ao manter a confiança no actual sistema, assim como ao proteger os interesses dos depositantes e dos investidores exige-se que haja uma aplicação muito mais rigorosa por parte das instituições financeiras dos seus compromissos.

O Conselho Europeu defende que há uma necessidade urgente de reforçar a supervisão do sector financeiro europeu com o objectivo de aperfeiçoar a supervisão ao nível europeu. Para tal, deve-se criar o mais rápido possível um grupo de trabalho, e além disso, as autoridades nacionais devem reunir uma vez por mês para trocarem informações, para que

as decisões, assim como, as soluções importantes sejam tomadas o mais depressa possível dada a gravidade da situação que estamos a viver.

Neste tipo de situações, atendendo a acontecimentos excepcionais, a adopção de regras europeias que solucionem este tipo de problemas deve ser aplicada de forma rápida e flexível, logo a Comissão Europeia tem todo o apoio do Conselho Europeu nestes casos, assim como a sua colaboração para que as alterações a introduzir tenham aplicação da forma mais urgente possível, podendo mesmo o processo de adopção não seguir o caminho normal.

No caso das matérias contabilísticas, há uma recente experiência de aplicação do procedimento de urgência. Com efeito, como consequência da agitação financeira vivida nos últimos tempos a Comissão Europeia adoptou alterações a algumas normas de contabilidade.

Como tal, pela primeira vez, recorreu-se a um procedimento de urgência nestas matérias ao nível comunitário para que tais decisões fossem tomadas rapidamente, uma vez que dada a gravidade do assunto tinham de se tomar medidas de forma mais célere possível.

Esta medida foi tomada em 15 de Outubro de 2008, foi aprovada pela Comissão Europeia com a unanimidade dos Estados Membros. Sendo assim, estas alterações foram emitidas e aprovadas sem recorrer ao processo habitual para o seu endosso, uma vez que se considerou esta aprovação muito urgente devido a deterioração dos mercados financeiros ao nível mundial.

De acordo com o documento emitido pelo EFRAG, “*The Amendment to IAS 39 and IFRS 7 “Reclassification of Financial Assets”*” o *International Accounting Standards Board*, o IASB não emitiu nenhum projecto com a exposição de todas as modificações que se estavam a propor fazer nesta matéria, dando-se logo lugar à emissão das respectivas alterações, contrariando assim o procedimento habitual.

O EFRAG, também não pediu qualquer apoio, como por exemplo, sujeitar esta matéria a comentários públicos e analisar estes comentários antes de tomar a decisão final. Atendendo ao carácter urgente e excepcional desta situação, o EFRAG permitiu o endosso

das alterações que foram consideradas pertinentes sem se seguirem os procedimentos legais normais para a adopção das alterações das normas.

Em 13 de Outubro de 2008, o IASB adoptou alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação. Estas alterações tiveram como objectivo primordial garantir que as empresas europeias consigam alcançar a mesma flexibilidade das empresas americanas, dando-lhe a possibilidade de reclassificar alguns dos seus instrumentos financeiros, excluindo-os da categoria “detidos para negociação”, mas isto só se pode aplicar em situações muito excepcionais, como foi considerada a actual crise financeira. Conforme Regulamento (CE) n.º 1004/2008, da Comissão, publicado no dia 15 de Outubro de 2008.

Com base no documento emitido pelo EFRAG em 14 de Outubro de 2008 *“The Amendment to IAS 39 and IFRS 7 “Reclassification of Financial Assets”*, concluímos que ao nível da IAS 39 as alterações levaram a que haja possibilidade de algumas reclassificações, nas empresas que já aplicam as IAS/IFRS, mas só em alguns casos específicos. As alterações à IFRS 7 referem-se a aspectos relativos à publicação das reclassificações que estão a ser introduzidas na IAS 39 com o objectivo de garantir uma imagem verdadeira e clara para todos os utentes das Demonstrações Financeiras.

Em 14 de Outubro, o EFRAG depois de consultar o TEG sobre os critérios técnicos da adopção desta alteração, emitiu um parecer técnico favorável à sua aprovação por parte da Comissão Europeia. Neste mesmo dia, este parecer foi submetido à avaliação do SARG com o objectivo de dar parecer à Comissão Europeia sobre a sua realidade e neutralidade, que considerou que o parecer do EFRAG era objectivo e equilibrado, logo ficou só a aguardar a publicação do Regulamento no JOUE.

Como este assunto foi considerado prioritário, aplicou-se um procedimento de urgência para a aprovação destas alterações à IAS 39 e à IFRS 7 sobre a reclassificação de instrumentos financeiros emitida em 13 de Outubro de 2008.

Ao contrário do que é exigido no procedimento normal para o endosso de uma norma, o EFRAG não colocou este assunto à disposição pública para que fosse comentado e que tais

comentários fossem levados em consideração na sua decisão final, dada a natureza inadiável e excepcional da situação.

Na prática esta alteração foi aceite para endosso por parte do EFRAG a 14 de Outubro de 2008, logo no dia 15 foi a votação por parte do ARC, que também aprovou, foi também aprovado pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu nesta mesma data e ainda nesse mesmo dia foi emitido o Regulamento (CE) n.º 1004/2008 da Comissão, de 15 de Outubro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS 39) e à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS 7), com publicação no dia seguinte, entrada em vigor a partir de 17 de Outubro de 2008 e com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008⁴.

Este documento veio introduzir alterações a estas duas normas com o objectivo de permitir a reclassificação de alguns instrumentos financeiros, em situações excepcionais, excluindo-os da rubrica de “detidos para negociação”, considerou-se imprescindível tomar esta medida perante a situação que a Europa está a atravessar. Dada a urgência da situação a aplicação destas alterações vão ter efeitos a partir de 1 de Julho de 2008, tendo portanto efeitos retroactivos de aplicação, devido à agitação financeira vivida no momento e ao facto de alguns instrumentos financeiros já não estarem a ser negociados ou mesmo por alguns mercados estarem inactivos ou a sofrer grandes perturbações.

O EFRAG e o TEG confirmaram que esta alteração atende aos requisitos do regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, e que a aprovação desta emenda é do interesse público europeu. Portanto neste caso, como excepção, o EFRAG não preparou nenhum relatório com o estudo do impacto dos efeitos destas alterações nem emitiu nenhuma base de conclusões para apoiar e recomendar a aprovação destas emendas à IAS 39 assim como à IFRS 7.

⁴ Dada a turbulência vivida nos mercados financeiros decidiu-se que a aplicação das alterações a estas duas normas tivessem efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008. Nenhuma empresa o deve fazer antes desta data. No caso de uma empresa reclassificar os seus activos financeiros, atendendo ao previsto nesta alteração, em períodos com início ou após 1 de Novembro de 2008 só produz efeitos a partir da data da sua reclassificação.

A figura 4 ⁵ ilustra este processo:

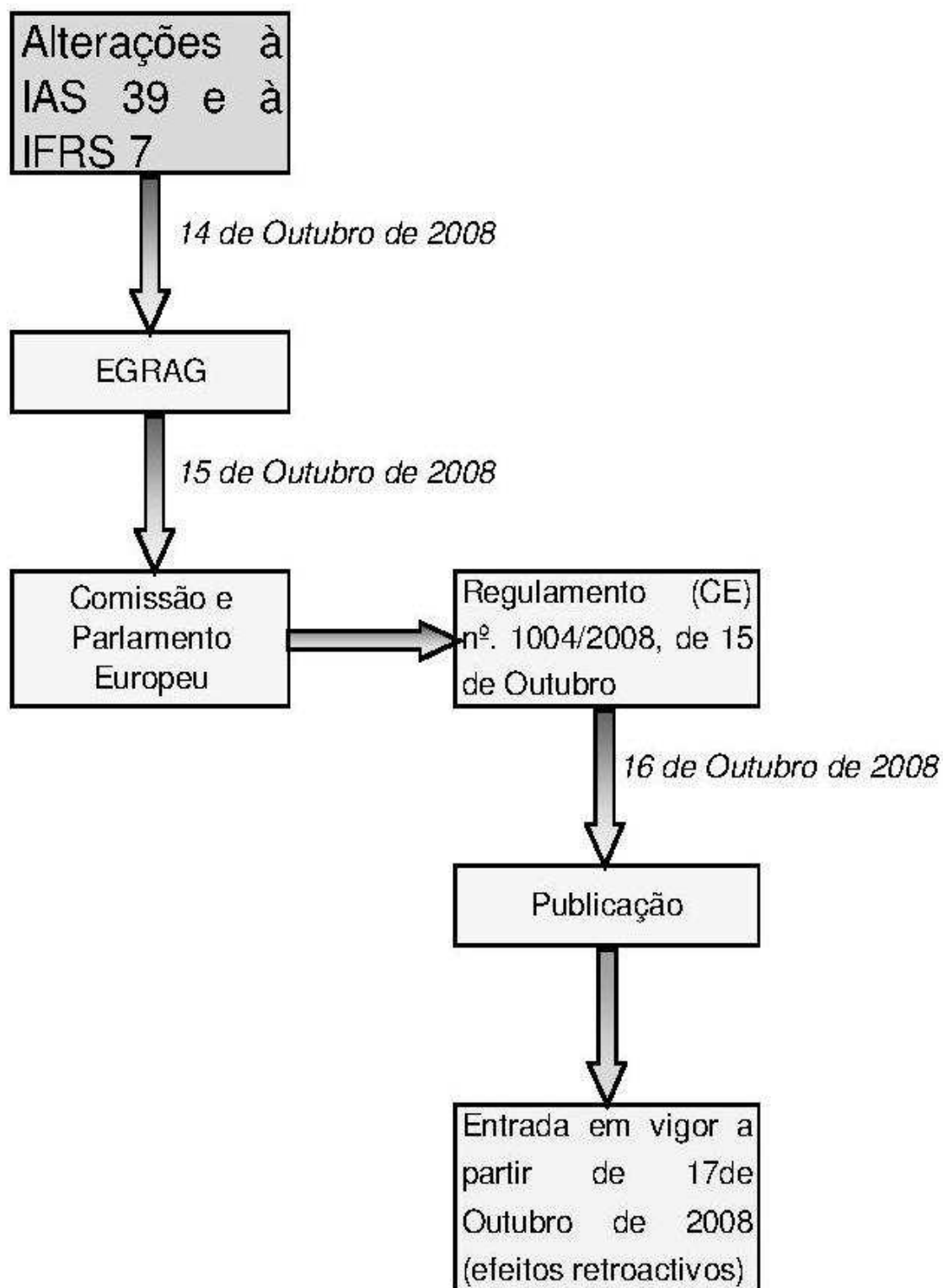


Figura 4 – Processo de alteração à IAS 39 e à IFRS 7

⁵ Fonte: Elaboração própria

1.3 Tratado de Lisboa

O Tratado de Lisboa foi assinado em 13 de Dezembro de 2007 pelos chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados Membros. A União Europeia passará a ser constituída por instituições mais modernas e com métodos de trabalho muito mais activos com o objectivo de responder melhor aos desafios actuais. Este tratado irá fortalecer a democracia na União Europeia e aperfeiçoar a sua capacidade de defesa dos interesses cidadãos.

De acordo com a Resolução do Parlamento Europeu sobre o Tratado de Lisboa, de 20 de Fevereiro de 2008, este tratado deveria ser ratificado por todos os Estados Membros até ao final de 2008 e entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2009. O objectivo é que seja aprovado antes das eleições para o Parlamento Europeu, ou seja, antes de Junho de 2009 para que todos os cidadãos votem com a perfeita noção do novo quadro institucional Europeu.

Este tratado dá à União Europeia muito mais responsabilidade democrática e também melhora o seu processo de decisão, uma vez que o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais é reforçado, fortalece os direitos dos cidadãos europeus face à União e ainda aperfeiçoa o funcionamento das suas instituições.

O Tratado de Lisboa altera os tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia que estão actualmente em vigor sem os substituir, com o objectivo de melhorar o quadro jurídico da União Europeia, assim como, os instrumentos essenciais para fazer face a desafios futuros e também para responder melhor às expectativas dos cidadãos.

Na prática, a aprovação de toda a legislação europeia fica sujeita a uma dupla aprovação, em termos de igualdade, por parte do Conselho Europeu, sendo este constituído por ministros nacionais que respondem diante dos correspondentes parlamentos e do Parlamento Europeu, sendo este composto pelos seus deputados directamente eleitos. Mas, pode haver algumas excepções a esta dupla aprovação das normas em casos concretos e com uma justificação que se aceite como válida.

Os parlamentos nacionais passam a exercer um controlo prévio de toda a legislação que pode vir a ser aprovada no seio da União Europeia, uma vez que vão passar a receber todas as propostas legislativas europeias atempadamente, de modo a que possam debatê-las com os seus ministros antes que o Conselho Europeu tome a sua decisão final.

O controlo democrático dos poderes legislativos delegados na Comissão Europeia será fortalecido através de um novo sistema de controlo, em que o Parlamento Europeu ou o Conselho Europeu poderão aceitar ou revogar as decisões da Comissão Europeia.

De acordo com Esteves (2007), com este tratado, pela primeira vez, surge a hipótese de um Estado Membro poder sair da União Europeia. Deste tratado faz parte uma cláusula de saída que define em que condições e quais os procedimentos que se devem adoptar se um Estado Membro se retirar da União Europeia, mas para que tal situação seja possível é condição fundamental que o Parlamento Europeu aprove esta saída.

De acordo com o artigo “O Tratado em poucas palavras”, a partir de 2014, o cálculo da maioria qualificada passará a basear-se numa dupla maioria de Estados Membros e de população com o objectivo de representar a dupla legitimidade da União Europeia. Sendo assim, para ser aprovada por dupla maioria, a decisão tem obrigatoriamente que ter votação favorável por parte de pelo menos 55% dos Estados Membros, mas que em simultâneo têm de representar pelo menos 65% da população da União Europeia.

Para que este tratado possa entrar em vigor terá de ser aprovado por todos os Estados Membros da União Europeia. O procedimento a seguir varia de país para país atendendo aos seus sistemas constitucionais. A maior parte dos países está a optar pela sua ratificação através dos seus parlamentos nacionais, à excepção da Irlanda que, atendendo à sua constituição, tem obrigatoriamente de realizar um referendo. Neste momento, apenas a Irlanda, a República Checa e a Polónia ainda não o ratificaram.

De acordo com o artigo “*Após a votação da Irlanda: Quo vadis Europa?*”, em 12 de Junho de 2008, a Irlanda efectuou um referendo que deu origem a uma maioria absoluta ao não, o que veio pôr em causa a continuidade deste tratado. Mas, continua-se a trabalhar para o ratificar e para tal apelou-se ao governo irlandês que apresente propostas no sentido de, em conjunto, tentarem alcançar uma solução para este problema de política europeia, uma vez

que o objectivo de ratificação até Junho de 2009 ainda se mantém e espera-se que ainda se consiga atingir.

O Parlamento Europeu pondera a possibilidade de tentar responder às preocupações do povo irlandês, com objectivo de alcançar uma solução antes das eleições europeias. Para isso, está disposto a ajudar o Governo e o Parlamento da Irlanda no que for essencial para anunciarem propostas que permitam uma unanimidade mais vasta e informada na opinião pública dos irlandeses sobre o futuro do país neste contexto da reforma da União Europeia.

O governo irlandês comprometeu-se a diligenciar a aprovação deste tratado até ao final do mandato da actual Comissão Europeia, ou seja, Novembro de 2009. Mas, em contrapartida, os irlandeses exigiram que o comissário irlandês se mantivesse, para garantir que os seus interesses são defendidos, o que implica alterar o tratado no que se refere à redução do número de comissários, sendo assim, continua a ser um comissário por cada Estado Membro, esta condição foi aceite por unanimidade de todos os Estados Membros.

Atendendo ao tratado, a partir de 2014 o número de Comissários da Comissão Europeia deveria reduzir para 2/3 do número dos Estados Membros, o que iria permitir que a capacidade de acção da Comissão Europeia aumentasse com o objectivo de demonstrar que os comissários representam o interesse europeu e não de um único país, mas além disto, o método de rotação iria continuar a garantir uma participação de todos os Estados Membros de forma igual. Mas, isto não vai ter aplicação, uma vez que para o povo irlandês voltar a fazer novo referendo assim o exigiu.

Tendo em conta o artigo “Tribunal constitucional checo valida Tratado de Lisboa “, a República Checa é o único país que ainda não começou este processo de ratificação, provavelmente vai-o fazer durante o primeiro trimestre de 2009, mas aguardam que o Tribunal Constitucional conclua que este tratado não contraria a sua Constituição. Além desta situação, o impasse para a sua ratificação neste momento também assenta no facto de o Governo e o Presidente da República não estarem em acordo, uma vez que o primeiro quer ratificá-lo, mas o segundo defende que só se deve ratificar depois da Irlanda o fazer.

Se o Tribunal concluir que é para avançar o tratado vai ser apresentado às duas Câmaras do Parlamento Checo, neste caso a ratificação do tratado passa por uma simples formalidade. Após esta ratificação Parlamentar o tratado tem de ser assinado pelo Chefe de Estado, mas este já declarou que só o fará quando a Irlanda o fizer, ficando portanto pendente da decisão da Irlanda.

Em 26 de Novembro de 2008 o Tribunal Constitucional checo declarou que o Tratado de Lisboa é compatível com a lei fundamental da República Checa, abrindo assim o caminho para que as duas câmaras do parlamento sigam o caminho da ratificação, que agora já têm luz verde para o fazer. Esta ratificação parlamentar não passa de uma formalidade, uma vez que a aprovação do texto já não pode ser bloqueada. Mas o chefe de estado já declarou que só o assina quando a Irlanda mudar de posição.

Na Polónia o Tratado de Lisboa já foi aprovado pelo Parlamento em 2 de Abril, mas actualmente aguarda a assinatura do presidente, por isso a sua ratificação está pendente.

O presidente da Polónia já afirmou que o seu país não tem qualquer impedimento à ratificação deste tratado, mas considera que é fundamental garantir o princípio da unanimidade para a ratificação deste documento, por isso tem o direito de assinar ou não antes de todos os Estados Membros o ratificarem e se assim o entender só o poderá fazer depois de todos já o terem feito.

Como já foi referido para que o Tratado de Lisboa permitisse um melhor funcionamento da União deveria entrar em vigor antes das eleições europeias de Junho de 2009, mas com o “não” da Irlanda em Junho 2008 e agora com a sua decisão de realizar um segundo referendo até finais de Novembro de 2009 este objectivo já não vai ser atingido, mas espera-se que o seja no início de 2010.

Com o este tratado o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu continuam a manter os seus poderes no que se refere à definição das modalidades de controlo dos actos delegados e dos actos de execução (Comitologia). As competências destes dois órgãos são alargadas, passando a actuar em igualdade na adopção de actos legislativos em maior número de matérias, incluindo as orçamentais.

Este tratado vem introduzir uma hierarquia das normas, assim como criar o conceito de acto delegado, isto porque há uma delegação na Comissão Europeia para a possibilidade de ela vir a adoptar actos não legislativos de alcance geral que podem completar ou mesmo alterar alguns elementos que não são fundamentais no acto legislativo. Além disso, vem também dar a possibilidade de um novo tratamento para os actos de execução em que a co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu no processo de adopção dos regulamentos vão estabelecer mecanismos de controlo pelos Estados Membros dos actos de execução, ficando portanto os dois em pé de igualdade no que se refere a este processo.

O Parlamento Europeu vê os seus poderes legislativos reforçados e passa a existir um envolvimento muito maior por parte dos parlamentos nacionais no processo de decisão legislativo, o que vai fazer com que os cidadãos passem a ter uma voz muito mais activa e os limites de quem vai fazer o quê a nível nacional e europeu estejam muito mais claros e bem definidos. Isto vai permitir fortalecer a democracia e conceder uma autenticidade muito maior ao funcionamento da União Europeia.

Com estas alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu, em 23 de Setembro de 2008, emitiu uma resolução que contém recomendações à Comissão Europeia sobre o alinhamento dos actos jurídicos pela nova decisão relativa à Comitologia. O Parlamento Europeu solicita à Comissão Europeia propostas legislativas para complementar o procedimento Comitologia após a entrada em vigor deste tratado, uma vez que nesta altura é introduzido o conceito de acto delegado em que a tem o poder de adoptar actos não legislativos de âmbito geral está atribuído à Comissão Europeia, mas relativamente aos actos de execução tem de se definir bem quais as modalidades de controlo efectuadas pelos Estados Membros.

Com este tratado a Europa torna-se muito mais eficiente, com regras para a votação e simplificação dos trabalhos, leis mais actuais e um funcionamento mais razoável ajustado a uma União com 27 Estados Membros, assim como uma maior competência de intervenção nas áreas prioritárias da actualidade.

1.4 Importância política do procedimento de Comitologia

Segundo o documento “*Como funciona a União Europeia. Um guia sobre as instituições da União Europeia*”, cabe à Comissão Europeia exercer o direito de iniciativa ao nível legislativo, isto é, é a responsável pela elaboração de novas propostas de legislação a nível comunitário, mas sempre com o objectivo de representar e garantir os interesses da União Europeia, ou seja, o interesse público europeu. Também é responsável por garantir a correcta aplicação da legislação comunitária por todos os Estados Membros.

O Parlamento Europeu é directamente eleito pelos cidadãos da União Europeia, por um período de cinco anos. O que lhe dá a capacidade de expressar a vontade democrática dos cidadãos da União e de apresentar os seus interesses nas suas várias discussões antes da adopção ou não de um determinado acto legislativo. Os seus deputados encontram-se associados atendendo às suas ligações políticas formando actualmente sete grupos políticos europeus, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, o Grupo Socialista do Parlamento Europeu, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, o Grupo da União para a Europa das Nações, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e o Grupo Independência/Democracia.

O Parlamento Europeu exerce um poder legislativo partilhado com o Conselho da União Europeia, logo tem competência para adoptar as leis, as directivas e os regulamentos comunitários. Tem poderes para aprovar, alterar ou rejeitar actos legislativos ao nível europeu. Faz um controlo democrático sobre todas as instituições da União Europeia, nomeadamente, sobre a Comissão Europeia.

Cada vez mais o Parlamento Europeu está a controlar o processo de aprovação da nova legislação a nível europeu, actualmente já tem um papel fundamental nesse processo, uma vez que já lhe foi dotado um poder de controlo no procedimento de Comitologia, ou seja, tem um papel muito mais activo neste processo e também tem poder para não aceitar as normas desde que apresente uma justificação válida. Pode também pedir estudos de impacto do efeito da aplicação das normas na realidade em que vão ser inseridas, para

analisar os seus efeitos e assim decidir se esta deve ser aprovada ou não e também deve zelar pela defesa do interesse público europeu.

Com a introdução do procedimento de regulamentação com controlo no procedimento de Comitologia o Parlamento Europeu vê fortalecidos os seus poderes no que se refere ao controlo que pode exercer na elaboração e na aprovação dos novos actos legislativos em matérias contabilísticas ao nível comunitário.

Actualmente, o próprio Parlamento Europeu passou a exercer uma intervenção muito mais activa neste procedimento, uma vez que agora controla os efeitos da aplicação das normas na realidade na qual vão ser aplicadas, o que lhe dá o poder de interferir no caso da sua aplicação poder vir a contrariar ou mesmo prejudicar os interesses políticos que rodeiam determinada matéria em determinado Estado Membro.

Segundo Amaral (2001), no caso das matérias contabilísticas, verificamos que por trás do processo da normalização contabilística existem grandes interesses políticos. O poder do Parlamento Europeu tem aumentado nestes últimos tempos, o que faz com que as suas decisões comecem a ter um peso maior em termos legislativos, portanto a normalização é uma questão muito mais política do que técnica, apesar de regulamentar matérias contabilísticas.

Com este processo de normalização contabilística pretende-se alcançar uma harmonização ao nível das políticas contabilísticas com o objectivo de as empresas, aquando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras anuais, o façam atendendo aos mesmos critérios. Isto faz com que estas peças contabilísticas apresentem a realidade das empresas e que sejam comparáveis no mercado em que estão inseridas, assim como no que possam vir a ser analisadas, mas isto pode levantar questões a nível político, uma vez que a contabilidade está sempre muito ligada à fiscalidade, logo podem haver alterações a nível contabilístico que podem não interessar aos Governos a nível da sua tributação, por isso é que eles intervêm nesta matéria e antes de qualquer aprovação da sua parte debatem entre si o assunto.

Segundo o documento “*O impacto das normas internacionais de contabilidade na fiscalidade*”, Portugal é um dos exemplos em que a contabilidade anda muito a par com a fiscalidade, isto é, é elaborada atendendo muito mais ao quadro 07 da Declaração Modelo 22, ou seja, obedece muito mais aos aspectos fiscais do que aos critérios puramente contabilísticos, em vez de se seguirem os critérios puramente contabilísticos que depois deveriam ser ajustados aquando do apuramento do lucro tributável e só para efeitos fiscais. Mas, com adopção das IAS/IFRS esta tendência tende a acabar, uma vez que cada vez mais o resultado fiscal diverge do apurado contabilisticamente.

O Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, veio introduzir a adopção das normas do IASB na União Europeia, isto é, a adopção das IAS/IFRS, com o objectivo das empresas europeias seguirem as mesmas normas relativamente às empresas cotadas na bolsa de valores, aumentando assim a sua comparabilidade e a sua credibilidade no mercado de capitais, independentemente do país ou do sector de actividade.

Para isso, aplicam-se normas e princípios contabilísticos claros e rigorosos com a finalidade de obter uma imagem verdadeira e apropriada das empresas, assim como atingir comparabilidade das suas Demonstrações Financeiras no sentido de a informação divulgada ser o mais credível possível para os seus utentes.

Isto aplica-se para às contas individuais e assim como às contas consolidadas o que traz vantagens, porque assim há uma uniformização dos critérios contabilísticos a adoptar o que depois é muito vantajoso aquando da elaboração da consolidação uma vez que assim os resultados finais obtidos são muito mais fidedignos.

Capítulo 2: A aplicação do Procedimento de Comitologia no caso do Regulamento 1606/2002

Sempre que a Comissão Europeia propõe uma nova norma ou interpretação para aprovação, o EFRAG emite uma análise técnica, assim como pareceres de alta qualidade relativamente à norma em estudo.

Ao longo dos tempo este órgão foi aperfeiçoando consideravelmente a estrutura destes pareceres, uma vez que são fundamentais para que se tirem conclusões o mais correctas possível dado que vão interferir no bom funcionamento da legislação ao nível comunitário em matérias contabilísticas. Para o auxiliar a Comissão Europeia criou um Grupo de Peritos Técnicos, o TEG, que normalmente reúne uma vez por mês.

Os pareceres emitidos pelo EFRAG são analisados posteriormente pelo SARG com o objectivo de acautelar a sua neutralidade e o seu equilíbrio no processo de aprovação de normas em curso, de forma o mais eficiente e oportuna possível.

Em seguida estes pareceres são disponibilizados ao ARC, assim como, ao Parlamento Europeu simultaneamente com todos os elementos técnicos que se julguem necessários e fundamentais para a tomada de decisões.

Este procedimento de aprovação das normas em matérias contabilísticas a nível comunitário, de um modo geral, tem funcionado correctamente e em tempo útil, de maneira a garantir a qualidade técnica, a autenticidade política e a importância empresarial das normas, tornando-se assim flexível a algumas alterações que possam surgir com o objectivo de o melhorar e de o tornar o mais eficiente possível.

Neste trabalho, consideramos importante estudar a aplicação prática do procedimento de Comitologia relativamente à aprovação de normas ou de interpretações, em matérias contabilísticas ao nível comunitário, atendendo à Decisão 199/468/CE do Conselho e à Decisão 2006/512/CE do Conselho.

2.1 Procedimento de Comitologia anterior – Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999

Relativamente ao procedimento de Comitologia anterior, ou seja, Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, vamos estudar o seu impacto em algumas Normas Internacionais de Contabilidade, nomeadamente: IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 3 – Direitos de Emissão e IFRIC 12 – Acordos de Serviços de Concessão. Este procedimento aparece ilustrado na figura 2 do capítulo 1 e foi designado por “Procedimento de Comitologia anterior a Julho de 2006”, porque a partir desta data houve uma alteração relevante a este procedimento.

De um modo geral, o processo de aprovação das IAS/IFRS tem decorrido de forma normal, isto é, as normas ou são aceites e, neste caso, são endossadas ou são rejeitadas na sua totalidade não sendo, portanto, endossadas.

Mas, no decorrer deste processo surgem algumas excepções que achamos importante estudar para ficarmos a conhecer o caminho que tais normas percorreram até à decisão final relativamente à sua aprovação e respectivo endosso ao nível comunitário.

É o caso da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que sofreu alterações em alguns dos seus pontos para poder ser aprovada, isto é, não foi aceite em bloco, na sua totalidade, uma vez que se concluiu que a aplicação de alguns pontos desta norma poderia vir trazer problemas.

Outra grande excepção ao bom funcionamento do processo de aprovação das normas em matérias contabilísticas ao nível comunitário foi a IFRIC 3 – Direitos de Emissão, que até ao momento foi a única norma que ainda não foi endossada. Apesar de este assunto ser de grande interesse actual e de se procurar uma solução para resolver este problema da emissão de poluentes, esta norma não foi aprovada, porque se concluiu que a informação financeira obtida após a sua aplicação não iria representar a realidade económica de forma verdadeira, tendo o IASB retirado, posteriormente, a sua proposta.

No caso da IFRIC 12 – Acordos de Serviços de Concessão, sentiu-se uma necessidade de elaborar um trabalho mais extenso para estudar melhor este assunto. Também havia dúvidas se não deveria ser tratado por uma norma em vez de uma interpretação, uma vez que a necessidade de tratar esta matéria é urgente. No sentido de esclarecer as dúvidas existentes quanto à aprovação ou não desta norma, a Comissão Europeia, decidiu realizar um inquérito para se analisarem bem os possíveis problemas que poderiam vir a surgir com a aplicação desta interpretação.

2.1.1 Impacto em algumas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)

2.1.1.1 IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

Esta norma foi uma exceção ao processo de aprovação das normas, uma vez que nem foi aprovada nem rejeitada, mas sim adoptada com algumas exclusões, uma vez que a aplicação de alguns dos seus parágrafos traziam problemas, na realidade empresarial onde iriam ser adoptados.

Num momento inicial esta norma foi aceite, mas com a aplicação do procedimento *carve-out*, ou seja, uma vez que os acordos para a sua aprovação eram atípicos, pois contrariavam o procedimento habitual, isto é, a sua aprovação ou rejeição na totalidade, foram-lhe retirados alguns parágrafos, porque se concluiu que eram penalizantes para o sistema bancário europeu. A Comissão Europeia teve em consideração algumas críticas por parte de alguns bancos europeus e também em algumas observações feitas pelo Banco Central Europeu.

A Comissão Europeia recebeu vários comentários técnicos sobre estes *carve-outs* e pediu ao EFRAG que avaliasse se eram tecnicamente viáveis. Concluiu-se que, estavam em plena sintonia com os comentários do EFRAG, logo a Comissão Europeia decidiu adoptá-los provisoriamente até que o IASB apresente soluções válidas como conclusão dos seus trabalhos.

Na reunião de 1 de Outubro de 2004, segundo *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement - Frequently Asked Questions (FAQ)*, com uma maioria qualificada dos Estados Membros no ARC, defendeu-se que a Comissão Europeia deveria adoptar a IAS 39, com dois "*carve-outs*", isto é, desde que lhe fossem retirados dois parágrafos, uma vez que se considerou que as disposições relacionadas com estas matérias ainda não estão aptas para adopção a nível comunitário e para tal requerem uma nova revisão. O Parlamento Europeu também apoiou esta solução.

Em 19 de Novembro de 2004 surge o Regulamento (CE) n.º 2086/2004 da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à inserção da IAS 39. A Comissão Europeia endossou esta norma, com excepção de algumas disposições sobre a aplicação da plenitude do justo valor e da opção sobre contabilidade de cobertura. Não se substituiu qualquer das disposições contidas na norma nem se acrescentou nada, estes parágrafos foram mesmo eliminados integralmente, uma vez que estes dois assuntos são totalmente independentes, dissociáveis e diferentes do resto da norma.

A Comissão Europeia pode adoptar uma norma na sua totalidade ou parcialmente, atendendo ao Regulamento das IAS/IFRS, desde que os pontos que não forem aprovados sejam totalmente autónomos, distintos e separáveis dos restantes que forem aprovados, mas a norma não pode deixar de fazer sentido sem esses parágrafos que lhe foram retirados.

Segundo o *Accounting standards: Commission endorses "IAS 39 Fair Value Option"*, os dois *carve-outs* são excepcionais e temporários. Não foi a solução preferida da Comissão Europeia, mas sim a única hipótese em função das circunstâncias. Neste sentido, admite que têm ser encontradas soluções apropriadas o mais rapidamente possível e que todos os envolvidos neste processo devem fazer os possíveis para garantir que situações semelhantes não venham a ocorrer no futuro.

Apesar, da Comissão Europeia preferir o endosso de qualquer IAS/IFRS na sua totalidade, na reunião de 1 de Outubro de 2004, segundo *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement - Frequently Asked Questions (FAQ)*, justificou esta opção uma vez que

considerou as circunstâncias que envolveram a aprovação da IAS 39 extraordinárias, porque a conjuntura económica levava a que a banca baixasse os seus resultados.

Há um poder político fortíssimo a influenciar a adopção da normalização contabilística a nível comunitário, em que cada estado tem as suas próprias preocupações e o seu próprio sistema fiscal, logo quando se fala de normalização interna os estados levantam vários problemas, uma vez que a tributação tem como base a contabilidade. Atendendo a isto, actualmente, já há uma maior preocupação em que as normas a adoptar em toda a União Europeia não prejudiquem as empresas que as vão aplicar.

A primeira exclusão à IAS 39 refere-se à opção da mensuração pelo “*Fair Value*” (Justo Valor) relativamente a todos os activos e passivos financeiros. O IASB publicou um documento de consulta, com uma proposta de alteração à IAS 39, com a finalidade de delinear o âmbito da opção referente ao justo valor mencionado na norma original. Esta proposta responde às apreensões existentes por parte do Banco Central Europeu, assim como das autoridades de regulamentação ao nível do mercado dos valores mobiliários dos diversos Estados Membros, que tinham como grande preocupação que esta opção pelo justo valor pudesse ser aplicada em situações não muito adequadas.

Atendendo a estes argumentos, a Comissão Europeia considerou que estas questões deveriam ser objecto de um estudo bastante profundo antes de serem indevidamente aplicadas. Até que o IASB apresente uma solução baseada nestes factos reais e que a Comissão Europeia a aceite como adequada para solucionar este problema, a opção pela contabilização pelo justo valor como foi tratado na norma original não deve ser aplicada pelas empresas europeias.

A outra exclusão refere-se a algumas regras de cobertura de investimentos financeiros. Atendendo à reunião de 1 de Outubro de 2004, segundo *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement - Frequently Asked Questions (FAQ)*, esta já é uma questão que se torna mais difícil de resolver, mas está a ser alvo de estudo e de grande trabalho por parte do IASB e do sector bancário. Levantaram-se várias questões relativamente a este assunto, porque muitos bancos europeus alegavam que ao adoptarem a IAS 39 não podiam aplicar a contabilidade de cobertura aos seus principais depósitos a nível da carteira e obrigava-os a inserir modificações desconformes e dispendiosas, quer no seu sistema

contabilístico quer na gestão dos seus activos ou passivos. Atendendo, a que a cobertura da carteira é distinta da cobertura de um único activo ou passivo tem-se defendido que a contabilização de cobertura da carteira dos depósitos essenciais, atendendo ao justo valor, é coerente com a IAS 39.

O IASB reconheceu como fundamental a questão de estudar o tratamento da contabilização de cobertura a nível da carteira, assim como a forma como se deve espelhar mais correctamente as especificidades dos bancos que aplicam taxas de juro fixas. Atendendo a esta prioridade, o IASB formou um grupo de trabalho que está a analisar as propostas expostas pelos bancos europeus no que se refere à introdução de um novo método para a contabilização de cobertura no sentido de reproduzir de forma correcta a maneira como os bancos europeus possam certificar a gestão dos seus activos ou passivos.

Nestas condições o tratamento dado à contabilização de cobertura de carteiras, atendendo à IAS 39, não deve ser de aplicação obrigatória uma vez que não é definitivo e aguarda alterações num futuro o mais próximo possível. Estas disposições que ficaram excluídas da norma conseguem-se separar da norma sem prejudicar a sua aplicação uma vez que têm uma aplicação nitidamente distinta dos outros assuntos por ela tratados, no entanto é dada a opção às empresas de poderem adoptar a IAS 39 na totalidade.

Quanto a esta matéria até ao momento ainda não foi possível encontrar uma solução, apesar do esforço do IASB do sector bancário, mas espera-se que venha a ser alterada num futuro o mais próximo possível.

Em 16 de Outubro de 2008 foi publicado no JOUE, o Regulamento (CE) n.º 1004/2008 da Comissão de 15 de Outubro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às alterações à IAS 39 e à IFRS 7, que entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação e é aplicável a todos os Estados Membros. Este assunto já foi tratado no ponto 1.3 Procedimento de Urgência do capítulo 1 deste trabalho.

2.1.1.2 IFRIC 3 – Direitos de Emissão

Esta norma até ao momento ainda não foi endossada. Apesar deste assunto, actualmente, ser de grande interesse e de ser muito importante encontrar uma solução válida para o resolver, esta norma foi mesmo rejeitada na totalidade. Uma vez que se concluiu que, se fosse aplicada não satisfazia o interesse público europeu, porque a informação financeira obtida não iria representar a realidade económica de forma verdadeira e apropriada.

Actualmente, há uma necessidade cada vez maior para que se crie um sistema que incentive a redução da emissão de poluentes. Esta interpretação, surge para proporcionar orientações às empresas para tratarem este assunto, concedendo-lhe alguns direitos e obrigações com o objectivo de reduzir o nível das suas emissões de poluentes e em contrapartida receberem subsídios do governo.

Em 6 de Maio de 2005, conforme o documento emitido pelo EFRAG “*Adoption of IFRIC 13 Emission Rights*”, o EFRAG deu um parecer desfavorável à adopção da IFRIC 3 ao nível europeu, porque defendia que da sua aplicação não ia resultar informação financeira útil, uma vez que não representava a realidade económica de forma fidedigna. Mas disponibilizou-se, em conjunto com o IFRIC, a inserir os aperfeiçoamentos essenciais.

De acordo com o documento emitido pelo IASB “*IFRIC 3 Emission Rights. The IASB withdrew IFRIC 3 at its meeting in June 2005*”, na reunião de Junho de 2005 do IASB, este tema da IFRIC 3 foi introduzido, assim como os desenvolvimentos deste assunto na União Europeia, principalmente, o facto de o EFRAG recomendar que esta interpretação não fosse aprovada. Esta questão gerou um longo debate em que surgiram dúvidas quanto à sua aplicação, então decidiu-se que o melhor era realizar uma vasta avaliação da natureza das diferentes volatilidades resultantes da aplicação desta interpretação.

O IASB retirou mesmo de aplicação a IFRIC 3 e até ao momento ainda não emitiu outra alternativa acerca desta temática, nem uma nova norma nem sequer uma interpretação.

Inicialmente, o IASB tinha aprovado esta interpretação sem reservas, mas após a não aprovação para endosso na União Europeia levantaram-se dúvidas quanto a se esta norma deveria ser aplicada ou não, posto isto, o IASB optou também por retirar esta interpretação e até à data não apresentou nenhuma solução.

2.1.1.3 IFRIC 12 – Acordos de Serviços de Concessão

A aprovação desta norma também levantou algumas dúvidas devido aos problemas que poderiam vir a surgir com a sua aplicação. A Comissão Europeia decidiu que se deveria elaborar um trabalho mais extenso com o objectivo de estudar bem este assunto antes de a norma ser endossada e aplicada ao nível comunitário.

De acordo com *Endorsement of IFRIC 12 Service Concession Arrangements Effect Study – Report*, em 2003, o IASB manifestou interesse em aprofundar as suas pesquisas, assim como os estudos sobre estes acordos de serviços de concessão, uma vez que existia uma grande falta de orientação sobre esta matéria. Para isso, solicitou a um grupo de trabalho, constituído por representantes da contabilidade nacional, que estudassem este assunto. Concluíram que, o IFRIC deveria elaborar uma interpretação que clarificasse a aplicação de alguns aspectos contabilísticos, atendendo à normalização que está em vigor.

Em 3 de Março de 2005, o IASB publicou 3 *exposure drafts* e submeteu-as a comentários públicos. Também reuniu os utentes interessados, como é o caso dos preparadores e auditores das Demonstrações Financeiras, com o objectivo de melhorar e compreender melhor as questões práticas da implementação desta interpretação do seio da União Europeia.

A maioria apoiava que se devia emitir uma interpretação, mas não deixavam de se levantar algumas dúvidas relativamente ao seu alcance, à base do seu reconhecimento, à distinção entre os dois modelos possíveis, defendendo que este assunto devia ser digno de uma norma que o tratasse e não de uma mera interpretação.

Existe uma necessidade urgente em fornecer informação sobre o tratamento contabilístico dos acordos de serviços de concessão, por isso pensa-se que a longo prazo se vá emitir uma norma que trate esta matéria. Mas até lá, o IFRIC, achou importante emitir uma interpretação com o objectivo de melhorar, assim como, de aumentar a qualidade das Demonstrações Financeiras.

O objectivo é esclarecer algumas dúvidas que possam existir no tratamento dos acordos de serviços de concessão, atendendo às IAS/IFRS existentes e já aprovadas, isto é, sobre acordos entre o Governo ou uma entidade pública para contratarem o fornecimento de serviços públicos a entidades privadas, como é o caso das estradas, dos aeroportos, entre outros. Neste caso, o controlo dos activos é realizado pela entidade pública, mas é o sector privado que tem a responsabilidade perante a construção, manutenção, assim como do funcionamento da estrutura pública.

Esta interpretação já foi emitida em 30 de Novembro de 2006, mas neste momento ainda aguarda o seu endosso, o EFRAG já emitiu o seu parecer técnico o qual já foi enviado para o ARC e este já procedeu à sua votação em 6 de Novembro de 2008 e espera-se que o endosso desta interpretação ocorra durante o primeiro quadrimestre de 2009, com a respectiva publicação do Regulamento no JOUE.

A Comissão Europeia concordou com o Parlamento Europeu que, o efeito da aplicação das normas e das interpretações deve ser estudado e analisado antes do seu endosso na União Europeia, com o objectivo de conhecer e analisar o seu efeito na realidade das empresas.

Então, em conjunto com o EFRAG, elaborou um estudo que analisa as suas questões contabilísticas, assim como os resultados das consultas elaboradas aos seus utentes, bem como a análise dos efeitos da sua aplicação no seio da União Europeia, isto é, na realidade empresarial ao nível europeu.

Um problema que se coloca, nesta interpretação, é que alguns defendem que a sua aplicação leva a que haja um desfasamento entre o reconhecimento dos rendimentos e dos gastos, no modelo do activo intangível, logo não reflecte bem a sua substância económica, por este motivo considerou-se muito importante analisar muito bem este aspecto no estudo a realizar.

Conclui-se que, uma maneira de ultrapassar este problema é as empresas divulgarem informações suficientes nos anexos às suas Demonstrações Financeiras, com o objectivo de não criar reacções menos positivas aos seus utentes, assim como conduzir a conclusões por vezes precipitadas e não muito correctas, o que leva a que os seus utentes entendam melhor o negócio no ambiente em que estão inseridas.

A aplicação da IFRIC 12 vai ajudar a clarificar o tratamento contabilístico a seguir nestes casos, assim como a aumentar a comparabilidade e a distinguir os vários contratos que podem existir, atendendo a critérios bem definidos. As empresas que facultativamente já a aplicam assim como os utentes desta informação, vão conseguir avaliar muito melhor o desempenho e os riscos relacionados com os acordos de serviços de concessão.

As empresas que já aplicam a IFRIC 12 e que têm muitas actividades e diversos tipos acordos de serviços de concessão, até ao momento não apresentaram problemas específicos. Uma vez, que esta interpretação vai ao encontro das IAS/IFRS já aprovadas no seio da União Europeia, algumas empresas por sua própria iniciativa já a começaram a aplicar no que se refere aos tratamentos contabilísticos que abranjam estas questões, mesmo sem esta ainda ter sido aprovada, fizeram-no, portanto, por opção.

Mas, isto não exclui a hipótese de a adaptar para ser aplicada a outras empresas muito mais especializadas nestas matérias. Atendendo a esta situação, deve-se realizar uma análise posterior aos efeitos reais relacionados com a aplicação da IFRIC 12, após um período relativamente curto, o IASB comprometeu-se a fazê-la depois de dois anos da sua aplicação na União Europeia.

A IFRIC 12 só clarifica a forma como os operadores destes acordos de serviços de concessão devem aplicar as IAS/IFRS para contabilizar os seus direitos, assim como as suas obrigações.

2.2 Procedimento actual – Decisão 2006/512/CE do Conselho, de 17 de Julho de 2006

Relativamente ao procedimento actual do procedimento de Comitologia - Decisão 2006/512/CE do Conselho, de 17 de Julho de 2006, consideramos importante analisar alguns estudos de impacto realizados para algumas normas antes da sua aprovação e introdução na União Europeia, nomeadamente, IFRS 8 – Segmentos Operacionais, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis e, finalmente, IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

Este procedimento aparece desenvolvido no capítulo 1, ilustrado na figura 3 e foi designado por “Procedimento de Comitologia posterior a Julho de 2006”, uma vez foi introduzido no procedimento de Comitologia um maior controlo, assim como uma participação muito mais activa do Parlamento Europeu, no processo de aprovação das normas contabilísticas a nível comunitário, passaram a ser requeridos estudos de impacto antes de se decidir se a norma é aprovada ou não no seio da União Europeia.

Actualmente, há um maior relevo dos poderes de escrutínio do Parlamento Europeu e do Conselho. O Parlamento Europeu tem uma actuação muito mais activa neste processo de aprovação das normas contabilísticas ao nível comunitário do que anteriormente, para tal segue muito mais de perto a evolução constante e acelerada destas matérias.

Dada a importância deste assunto, considerou necessário requerer estudos de impacto para analisar o efeito da aplicação das normas na realidade em que vão ser inseridas, com o objectivo de que as normas que poderão vir a ser aprovadas sejam de bastante qualidade, uma vez que têm aplicação para todas as empresas a nível na União Europeia. Estes estudos vão tornar o processo de aprovação das normas um pouco mais demorado, mas os benefícios que lhe estão subjacentes superam este inconveniente do atraso temporal na sua aprovação.

A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu concluíram que nem só as novas normas devem estar sujeitas a estudos de impacto antes do seu endosso na União Europeia, mas também todas as novas interpretações. Sendo assim, o Parlamento Europeu antes de se pronunciar está a requerer estudos de impacto para garantir que a sua aplicação não vai

prejudicar as empresas europeias, o que torna este processo de aprovação das novas normas e interpretações mais lento, mas tem como vantagem obter normas com muito mais qualidade ao nível da sua aplicação prática na realidade empresarial europeia.

Neste momento, antes de se endossarem novas normas e interpretações devem ser apresentadas informações, de forma o mais detalhada possível, sobre os seus custos e benefícios, mesmo que isto leve a um trabalho um pouco extenso com o objectivo de se compreenderem plenamente as suas implicações, aquando da aplicação prática de cada norma ou interpretação.

O processo da aprovação da nova legislação em termos contabilísticos na União Europeia deve garantir a qualidade prática, a veracidade política e a utilidade empresarial das normas.

Até ao momento o sistema tem actuado bem e aprovação das normas tem sido realizada em tempo útil, apesar de este sistema estar sempre aberto a novas alterações como já foi o caso da alteração do procedimento de Comitologia, da introdução dos estudos de impacto na aplicação das normas, inclusão do SARG, entre outros.

2.2.1 Impacto em algumas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)

2.2.1.1 IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O IASB emitiu esta norma em 30 de Novembro de 2006, mas só foi adoptada e publicada no JOUE em 2007, através do Regulamento (CE) n.º. 1358/2007, da Comissão, de 21 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º. 1725/2003, que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à IFRS 8 – Segmentos Operacionais, logo demorou um ano para ser aprovada. Esta norma vai ser de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Segundo, o documento *Markt F3 D (2007) Endorsement of IFRS 8 Operating Segments Analysis of Potential Effects – Report*, o objectivo desta interpretação é que as empresas divulguem informações, através das suas Demonstrações Financeiras, de modo a que os seus utentes sejam capazes de avaliar os efeitos financeiros, assim como a natureza das suas actividades de negócios e o ambiente económico em que estão inseridas.

Esta norma obriga a que uma empresa exponha o seu desempenho financeiro durante determinado período, atendendo aos seus segmentos operacionais. Sendo considerado como segmento operacional um elemento da empresa que incrementa actividades de negócio das quais obtém rendimentos e incorre em gastos, em que os resultados operacionais são examinados periodicamente pelo responsável pela tomada de decisões nesta área, no que se refere à imputação de recursos a cada segmento, assim como da apreciação do seu desempenho e sobre a qual esteja disponível informação financeira distinta.

Na reunião de 2 de Fevereiro de 2007 do ARC discutiu-se a votação da proposta da Comissão sobre a IFRS 8 - Segmentos Operacionais.

De acordo com o documento *Meeting of the Accounting Regulatory Committee and Contact Committee, 2 February 2007*, o EFRAG deu o seu parecer positivo sobre o endosso desta norma, uma vez que depois do seu estudo concluiu que, a sua aprovação é favorável para a maioria das empresas europeias, mas não deixou de manifestar a sua preocupação no que se refere a algumas pequenas empresas cotadas, mas mesmo assim recomendou por unanimidade a sua adopção no seio na União Europeia.

Como salvaguarda desta situação propôs que a Comissão Europeia acompanhasse atentamente a evolução da informação financeira, tendo em conta os desenvolvimentos nesta matéria, se concluir que é necessário apresentar uma proposta para alterar esta norma pode-o fazer o mais tardar até ao final de Julho de 2009.

Alguns Estados Membros também manifestaram a sua opinião sobre o assunto. Um Estado Membro considerou que não havia necessidade minha da Comissão Europeia apresentar uma proposta para alterar esta norma como o EFRAG sugeriu, uma vez que considera que esta norma está muito completa e bastante clara.

Outro Estado Membro, pediu à Comissão Europeia que explicasse o porquê desta preocupação em relação à IFRS 8, então obteve como explicação que as pequenas empresas cotadas estavam com receio que ao aplicar esta norma fossem obrigadas a divulgar algumas informações mais delicadas referentes à sua actividade.

Um Estado Membro também levantou a questão no que se refere à data efectiva da aplicação da norma, na sua opinião acha que a expressão “a sua data de início no exercício de 2009” não está muito explícita para o caso de se poder adoptar a norma antecipadamente. A Comissão Europeia explicou que a expressão “o mais tardar” já prevê a sua aplicação antecipada, mas mesmo assim está disposta a melhorar o texto se os outros Estados Membros assim o desejarem.

Posto isto, um Estado Membro propôs que para solucionar esta situação se deva alterar a redacção da norma para “todas as empresas aplicarão a IFRS 8, conforme o estabelecido, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício em ou após 1 de Janeiro de 2009” e os restantes Estados Membros apoiaram esta solução.

De acordo com o documento *Meeting of the Accounting Regulatory Committee and Contact Committee, 6 June 2007*, numa reunião do ARC, neste dia, a questão da aprovação da IFRS 8 – Segmentos Operacionais foi novamente abordada. Após o voto positivo na reunião de Fevereiro de 2007 do ARC para a adopção desta norma, o Parlamento Europeu manifestou algumas preocupações e em conjunto com a Comissão Europeia decidiram que o melhor era realizar estudos de impacto dos efeitos da aplicação desta norma na realidade empresarial que está inserida.

Tendo isto em consideração, a Comissão Europeia enviou um questionário no final de Maio e adiou as conclusões para a adopção ou não da norma para Outubro aquando da obtenção dos resultados das análises de impacto.

Esta norma foi endossada em 21 de Novembro de 2007 e publicada no JOUE no dia seguinte para adopção a nível europeu.

2.2.1.2 IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis

Esta interpretação já obteve aprovação por parte do EFRAG para que se proceda ao seu endosso, actualmente aguarda a votação do ARC que deve ocorrer entre Março e Abril de 2009 e espera-se que o seu endosso ocorra durante o segundo quadrimestre de 2009.

Toda esta análise, que aqui apresentamos, sobre esta IFRIC tem por base o documento, *Markt F3 D (2008) Endorsement of the Interpretation 15 Agreements for the Construction of Real state Introduction, background and conclusions, assim como o documento “The costs and benefits of implementing IFRIC 15 Agreements for the Construction of Real Estate.*

A IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, vem esclarecer situações que geram incertezas com a aplicação das IFRS no que se refere ao sector imobiliário. Muitas vezes, há acordos em que um vendedor se compromete a construir um imóvel directamente ou recorrendo a subcontratação com um ou mais compradores, mesmo antes de a obra estar concluída ou até mesmo antes de esta começar. O normal é a construção abranger mais do que um exercício contabilístico e durante este período podem ser exigidos vários pagamentos.

Relativamente ao reconhecimento dos réditos, no que se refere aos contratos de construção, há duas normas que se podem aplicar a IAS 18 – Rédito e a IAS 11 - Contratos de Construção, mas levam a resultados contabilísticos diferentes. Esta interpretação tem como objectivo esclarecer esta questão do seguinte modo:

- ✓ a IAS 11 - Contratos de Construção, deve-se aplicar nos casos em que os acordos satisfazem a definição de um contrato de construção, ou seja, “um contrato especificamente negociado para a construção de um activo ou de uma combinação de activos que estejam intimamente inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final”. Atendendo a esta interpretação, um acordo para a construção de um imóvel corresponde à definição de contrato de construção, apenas quando o comprador é capaz de especificar as grandes reformas estruturais no desenho do imóvel, antes

mesmo de se iniciar a sua construção e/ou descrever grandes mudanças estruturais mesmo que a construção já esteja em curso;

- ✓ no caso do acordo conceder aos compradores apenas a capacidade de influenciar a concepção do imóvel, por exemplo, são capazes de seleccionar um único desenho num leque vasto de opções ou especificar apenas pequenas variações para a concepção básica do imóvel, aplica-se a IAS 18 - Rêdito.

Se ao acordo for aplicável a IAS 11, o resultado pode ser estimado com fiabilidade, uma vez que a empresa vai reconhecer os seus réditos, atendendo à fase de acabamento da sua obra, sendo assim, vão sendo reconhecidos à medida que a construção do imóvel progride, neste caso, aplica-se o método da percentagem de acabamento.

Se, por outro lado, ao acordo for aplicável a IAS 18, o reconhecimento dos réditos ocorre apenas quando o imóvel é entregue ao comprador, neste caso podem surgir três situações distintas:

- ✓ se no acordo estiver estipulado que a venda pode ocorrer à medida que a construção avança, mas com a transferência do controlo, dos riscos e das vantagens da propriedade em curso no seu estado actual no momento da venda, os réditos são reconhecidas atendendo ao método da percentagem de acabamento;
- ✓ no caso de o acordo abranger só prestações de serviços, os réditos também são reconhecidos atendendo ao método da percentagem de acabamento;
- ✓ se o acordo envolver o controlo, os riscos significativos e as vantagens da propriedade do imóvel a ser transferido na sua totalidade num único momento os réditos são reconhecidos somente quando a obra estiver concluída e entregue ao comprador.

A IFRIC 15 tem aplicação para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2009, mas é permitida a sua aplicação antecipada.

No caso desta interpretação, o EFRAG em conjunto com a Comissão Europeia prepararam um estudo de impacto contendo a descrição de todas questões contabilísticas envolvidas, os resultados das consultas dos interessados, bem como a análise dos efeitos da utilização desta nova interpretação no seio da União Europeia. De acordo com o processo legal exigido, o IASB também efectuou a sua consulta.

Na análise do EFRAG foram identificados dois pontos que mereceram especial atenção:

- ✓ utilidade das informações fornecidas nas Demonstrações Financeiras – concluiu-se que da aplicação desta interpretação, na prática, vai resultar numa redução de discrepâncias, reforçando assim a comparabilidade e a uniformidade das informações contidas nas Demonstrações Financeiras. As divulgações exigidas também vão contribuir bastante para que os utentes desta informação a compreendam muito melhor, logo vai beneficiá-los bastante;
- ✓ custos dos preparadores e dos utentes – concluiu-se que se espera um aumento dos custos quer para os preparadores quer para os utentes da informação financeira com a aplicação desta interpretação. Estes custos vão surgir devido à classificação dos seus acordos actuais e futuros, podem ser significativos para algumas empresas, mas no global são insignificantes. Para os utentes também podem existir alguns custos, mas não são significativos.

Coube ao EFRAG apresentar um trabalho sobre a análise dos custos e dos benefícios desta IFRIC. Optou por o apresentar num anexo ao estudo de impacto elaborado a esta interpretação, primeiro apresentou uma análise inicial dos custos e dos benefícios da IFRIC 15 e depois uma análise final antes de expor as suas conclusões.

Com base na sua análise inicial o EFRAG conclui que:

- ✓ esta interpretação vai melhorar a qualidade das informações financeiras divulgadas, o que vai beneficiar os seus utentes. Estas melhorias vão incluir, na prática, um aumento da coerência, assim como da comparabilidade das Demonstrações Financeiras e vão também permitir aos seus utentes que as compreendam melhor,

atendendo às divulgações adicionais que vão surgir com a aplicação desta interpretação;

- ✓ as alterações a esta interpretação vão abranger vários períodos contabilísticos, o que vai influenciar ao nível dos custos com a sua leitura, compreensão e interpretação, mas espera-se que sejam irrelevantes;
- ✓ no caso dos preparadores das Demonstrações Financeiras podem surgir custos relevantes com a classificação dos acordos existentes;
- ✓ se algumas empresas forem obrigadas a alterar a sua contabilidade, provavelmente os custos até irão diminuir;
- ✓ no caso de uma empresa ser obrigada a apresentar algumas informações adicionais vão ter um custo suplementar;
- ✓ se houver necessidade de aplicar esta interpretação retrospectivamente os custos serão insignificante;
- ✓ todas as alterações vão resultar em benefícios susceptíveis de suportar os custos.

Esta avaliação do EFRAG foi publicada e foi objecto de análise e de comentários.

Surgiram sete comentários:

- ✓ três estavam plenamente de acordo;
- ✓ um não fez qualquer tipo de comentário a esta avaliação, mas apoiou nitidamente a recomendação do EFRAG em se adoptar esta interpretação no seio da União Europeia;
- ✓ outro apoiou a avaliação, mas admitiu que não fez uma análise detalhada no sentido de poder tirar esta conclusão;

- ✓ dois não apoiaram esta primeira avaliação do EFRAG dos custos e benefícios da IFRIC 15.

O EFRAG elaborou a sua análise final dos custos e benefícios da aplicação desta interpretação, atendendo à análise inicial e aos comentários recebidos a esta primeira análise.

Esta análise levou em consideração os aspectos relacionados com a leitura e compreensão da IFRIC 15, uma vez que a aplicação de qualquer nova norma ou interpretação deve ser bem lida e compreendida pelos preparadores e utentes da informação financeira, para que avaliem e concluam se a mudança vai ter qualquer efeito ou não e, caso gere efeitos que sejam capazes de identificá-los, mas esta situação não leva a custos excessivos, atendendo aos seus benefícios.

A aplicação desta interpretação vai levar a que os preparadores da informação financeira revejam os seus acordos para a construção de imóveis para concluírem se, se enquadram no âmbito da IAS 11 ou da IAS 18. O EFRAG concluiu que para algumas empresas este custo pode ser significativo.

Também pode ocorrer a necessidade de um trabalho suplementar para algumas empresas, no caso em que estas possam ter acordos semelhantes aos acordos para a construção de imóveis e que concluam que por analogia ficam sujeitos à aplicação da IFRIC 15, o que vai implicar alguns custos.

No caso dos utentes da informação financeira o EFRAG concluiu que, a aplicação desta interpretação não lhe vai trazer nenhum encargo adicional, além dos envolvidos na compreensão das implicações desta interpretação.

Relativamente aos benefícios para os preparadores e utentes, o EFRAG concluiu que, com o aumento da coerência e da comparabilidade das Demonstrações Financeiras não há dúvidas que lhes vai proporcionar benefícios.

Depois desta análise, o EFRAG concluiu que, com a aplicação da IFRIC 15, provavelmente, os custos vão ser superados pelos benefícios. Concluiu também que, esta

interpretação preenche os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às IAS/IFRS.

O EFRAG acredita que é do interesse público europeu adoptar esta interpretação na União Europeia, recomendando portanto, o seu endosso.

Com base no estudo de impacto do EFRAG a Comissão Europeia concluiu que, a IFRIC 15 deve ser endossada uma vez que os benefícios da sua adopção superam os custos, logo deve ser aprovada na União Europeia com a maior brevidade possível.

2.2.1.3 IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Actualmente, esta norma já se encontra endossada e já foi publicada no JOUE, portanto, já foi introduzida na União Europeia para que se proceda à sua aplicação através do Regulamento (CE) n.º 1274/2008 da Comissão, de 17 de Dezembro de 2008. A IAS torna-se eficaz para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2009, mas é permitido que se aplique mais cedo. As Demonstrações Financeiras dos anos anteriores ao da sua aplicação devem ser revistas para obedecerem aos requisitos da IAS, salvo se a informação necessária não estiver disponível, isto para garantir a comparabilidade das Demonstrações Financeiras divulgadas.

Toda esta abordagem que aqui fazemos relativamente à IAS 1 baseia-se no documento, *Markt F3 D(2008), Endorsement of IAS 1 Presentation of Financial Statements, Introduction, background and conclusions*.

O EFRAG em conjunto com a Comissão Europeia elaborou um estudo de impacto para a revisão desta norma, atendendo às questões contabilísticas envolvidas com este assunto, aos resultados das consultas por parte dos interessados, assim como à análise dos efeitos da aplicação das novas regras contabilísticas no seio da União Europeia.

A IAS 1 estabelece a base para a apresentação de Demonstrações Financeiras para garantir a sua comparabilidade relativamente a períodos anteriores de determinada empresa e

também com outras empresas. Neste sentido, a norma descreve os requisitos gerais para a apresentação de Demonstrações Financeiras, define qual o conjunto de Demonstrações Financeiras que deve ser divulgado e também estabelece as directrizes para a sua estrutura, assim como os requisitos mínimos ao nível no seu conteúdo.

A revisão desta norma aborda essencialmente o conjunto completo de Demonstrações Financeiras que devem ser divulgadas e os requisitos para apresentar a informação financeira comparativa, ou seja, incide sobre algumas questões específicas da IAS 1.

A IAS 1 aprovada na União Europeia contém vários requisitos que foram alvo de algumas discussões, nomeadamente:

- ✓ utiliza o Balanço e a Demonstração de Fluxos de Caixa para descrever duas demonstrações que fazem parte de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras;
- ✓ exige a divulgação de informação comparativa relativa ao período contabilístico anterior para todo o conjunto de Demonstrações Financeiras, incluindo as notas;
- ✓ obriga a apresentar uma Demonstração de Resultados com todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos nos lucros ou nos prejuízos. Os que não são reconhecidos nos lucros ou nos prejuízos devem ser apresentados em conjunto com as alterações no capital próprio;
- ✓ devem-se divulgar os montantes de dividendos distribuídos aos detentores de capital, assim como os respectivos montantes por acção, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprios ou nas notas.

A revisão desta norma vem introduzir duas novas exigências, assim como algumas alterações aos aspectos que foram alvo de discussão:

- ✓ exige a divulgação das reclassificações, assim como dos ajustamentos que possam ter ocorrido e que se reflectam nos lucros ou nos prejuízos no período em causa ou que possam influenciar períodos anteriores. O objectivo é que os utentes

da informação financeira consigam avaliar o efeito dessas reclassificações ou ajustamentos nos resultados obtidos;

- ✓ obriga à divulgação do imposto sobre lucros discriminado por cada rubrica de rendimento. O objectivo é fornecer aos utentes da informação financeira informações fiscais referentes a essas rubricas que por vezes podem ter taxas de tributação diferentes das aplicadas nos lucros, logo o efeito fiscal é distinto.

Mas esta norma revista tem outras novas alterações:

- ✓ todas as alterações que ocorrerem nos capitais próprios resultantes de operações com os detentores de capital, devem ser separadas das alterações que surjam provenientes de operações distintas das mencionadas anteriormente;
- ✓ os rendimentos e os gastos devem ser apresentados numa Demonstração de Resultados total ou em duas, uma dos resultados em separado e outra com os resultados no global;
- ✓ em simultâneo, com a exigência de apresentar informações comparativas, no período em causa e no período anterior, impõe a apresentação da Demonstração da Posição Financeira, para os casos em que a empresa aplica retrospectivamente determinada política contabilística ou quando reclassifica itens das suas Demonstrações Financeiras. Assim, consegue-se proporcionar informação útil para que se proceda a uma análise correcta da informação financeira de determinada empresa;
- ✓ sugere como nova designação para o Balanço, Demonstração da Situação Financeira, mas não a torna obrigatória;
- ✓ o montante dos dividendos atribuídos aos detentores de capital, assim como o seu valor por acção deve ser divulgado na Demonstração de Alterações do Capital Próprio ou nas notas.

Esta norma revista impõe que todas as alterações no capital próprio relacionadas com os detentores de capital devam estar separadas das outras alterações nesta rubrica, com isto pretende-se distinguir os itens com características diferentes nas Demonstrações Financeiras e assim aumentar a transparência das informações que vão ser prestadas.

A IAS 1 revista exige também que, cada empresa divulgue informações comparativas em relação ao período anterior, portanto no mínimo têm de apresentar informações contabilísticas referentes a dois períodos nas suas Demonstrações Financeiras, assim como nas suas notas. Exige também uma terceira demonstração financeira, a Demonstração da Posição Financeira, no início do período como comparativo, sempre que a empresa aplique antecipada ou retrospectivamente determinada política contabilística ou quando reclassifique itens das suas Demonstrações Financeiras. O objectivo desta alteração é fornecer informações úteis para que as Demonstrações Financeiras de uma determinada empresa sejam bem analisadas e interpretadas, podendo-se assim tirar conclusões correctas.

Também, surge a exigência de divulgar todas as reclassificações e ajustamentos que forem efectuados nas Demonstrações Financeiras, item a item. Assim, os utentes da informação financeira prestada conseguem avaliar correctamente os seus efeitos nos lucros ou prejuízos do período divulgados.

Da análise que o EFRAG elaborou concluiu que, a revisão da IAS 1 de certo modo vai melhorar a qualidade das informações financeiras prestadas e que a sua aplicação na União Europeia vai beneficiar os utentes desta informação. Analisou cada uma das principais alterações desta norma revista e concluiu que vão melhorar a utilidade da informação financeira a ser prestada. A Comissão Europeia também concordou com esta análise do EFRAG e chegou, portanto, à mesma conclusão.

O EFRAG examinou também, o esperado aumento de custos tanto para os preparadores como para os utentes da informação financeira. Concluiu que da aplicação desta norma vão resultar alguns custos adicionais no início para os preparadores, assim como para os utentes, mas estes custos não vão ser significativos. Os custos para os preparadores vão surgir devido principalmente à compreensão e implementação dos novos requisitos da

norma, mas isto no início da sua aplicação. Para os utentes estes vão estar relacionados com a sua adaptação a esta nova realidade.

Com base no estudo de impacto do EFRAG, a Comissão Europeia concluiu que, os benefícios que se vão obter com a revisão desta norma vão superar os custos, sendo portanto, mais um motivo para que se adopte esta norma revista no seio da União Europeia.

No caso da revisão desta norma, o EFRAG conclui que não era necessário um trabalho exaustivo para avaliar e compreender plenamente as implicações dos seus custos e dos seus benefícios.

O EFRAG realizou uma primeira avaliação dos custos e dos benefícios esperados para os preparadores, assim como para os utentes da informação financeira com a aplicação da IAS 1 revista, tanto para um ano em causa como para os anos seguintes.

Com base nesta avaliação inicial o EFRAG conclui que, a revisão desta norma irá de certa forma melhorar a qualidade das informações financeiras prestadas e como tal a sua aplicação na União Europeia irá beneficiar os seus utentes.

Desta análise surgiram as seguintes conclusões:

- ✓ os preparadores da informação financeira vão incorrer em custos adicionais no primeiro ano da sua aplicação devido à leitura, compreensão e implementação das novas exigências que esta revisão obriga, mas estes custos vão ser insignificantes;
- ✓ Os utentes no ano em curso não vão obter qualquer custo incremental.

Mas, com o seu estudo o EFRAG conclui também que, os benefícios que se esperam que surjam são susceptíveis de ultrapassar os custos que possam vir a estar envolvidos na aplicação destas alterações.

O EFRAG publicou os resultados desta sua análise inicial em conjunto com uma análise mais detalhada de apoio para que se procedesse a comentários. Foram enviadas 11 cartas

com comentários em que todos apoiaram as conclusões do EFRAG, sendo portanto de concluir que a revisão a esta norma deve ser endossada na União Europeia.

Baseada na análise inicial e nos comentários recebidos, o EFRAG elaborou uma análise final.

Com já foi referido, a revisão desta norma vem exigir que as alterações nos capitais próprios relativas aos detentores de capital sejam separadas das restantes, e além disso, estas outras alterações devem ser divulgadas numa ou duas demonstrações de rendimento global. O EFRAG nesta sua análise final considerou o seguinte:

- ✓ podem surgir custos insignificantes para os preparadores, uma vez que têm de compreender e aplicar os requisitos agora exigidos pela primeira vez. Os requisitos agora exigidos não vão requerer qualquer nova informação a ser prestada, só vai ser divulgada num lugar diferente;
- ✓ também considerou que estas alterações podem aumentar um pouco os encargos que recaem sobre os utentes da informação financeira, mas não de forma excessiva. Os custos com a adaptação a uma nova apresentação serão pequenos, mas vão ser compensados por maiores benefícios relativamente à melhoria da informação divulgada. No caso de optarem pela apresentação de duas demonstrações vai fazer com que os custos aumentem um pouco, mas nunca de forma significativa.

Esta revisão não torna obrigatória a nova designação para algumas Demonstrações Financeiras, o que o EFRAG defende é que não traz qualquer efeito, nem positivo nem negativo relativamente à qualidade das informações prestadas, mas pode sim ter outras implicações:

- ✓ a alteração da designação de algumas Demonstrações Financeiras na prática não vai exigir nenhuma mudança, é só uma nova designação. Pode implicar custos reduzidos que surgem devido à compreensão e à tomada de decisão por parte dos preparadores de qual a designação que devem utilizar;

- ✓ quanto aos utentes os custos também poderão aumentar, uma vez que este tratamento exigido lhe impõe alguns encargos adicionais reduzidos ao nível da implementação, mas isto só até aos utentes da informação financeira se habituarem com as novas designações das Demonstrações Financeiras.

Sempre que existam alterações retrospectivas que afectem as Demonstrações Financeiras deverá ser apresentada uma terceira demonstração, um Balanço de Abertura, uma vez que a informação não está facilmente disponível o que vai dificultar a capacidade de compreensão dos seus utentes, por isso esta alteração vai trazer efeitos positivos aos utentes da informação financeira. Mas, os resultados desta obrigação também podem trazer alguns efeitos negativos que se espera que não excedam os positivos:

- ✓ esta obrigação pode envolver custos adicionais na publicação da informação para os seus preparadores, assim como na sua preparação. O EFRAG considerou que a preparação e a divulgação desta terceira demonstração poderá ser considerada excessivamente onerosa e com custos delicados para os preparadores. Apesar de numa base de continuidade o EFRAG considerar que, os custos incrementais de publicação são susceptíveis de se tornarem praticamente nulos, no entanto trará custos maiores no ano da implementação. Não vai haver custos incrementais de preparação, uma vez que as empresas são obrigadas a preparar a informação necessária com o objectivo de permitir uma correcta reflexão e implementação desta alteração para apresentarem correctamente a informação financeira, em caso da alteração das suas políticas contabilísticas ou de efectuarem ajustamentos ou reclassificações;
- ✓ o EFRAG defende que para os utentes da informação financeira não existem custos adicionais.

Relativamente à obrigação da divulgação sempre que existam reclassificações e ajustamentos, o EFRAG acredita que esta alteração vai melhorar a utilidade das informações fornecidas. Tal alteração pode ter implicações que não devem exceder os efeitos positivos:

- ✓ para os preparadores da informação a divulgar a apresentação de tais informações adicionais numa demonstração ou nas notas irá aumentar os seus encargos. Mas, este custo incremental será reduzido, uma vez que as empresas terão de reunir e apresentar as informações necessárias para fazer os ajustes essenciais. A leitura, compreensão e aplicabilidade desta nova exigência irá envolver alguns custos no ano de implementação, mas que não se espera que sejam relevantes;
- ✓ para os utentes esta alteração, provavelmente, irá reduzir os seus custos, uma vez que assim algumas dúvidas que poderiam surgir aquando da análise da informação financeira, agora passarão a estar esclarecidas na própria divulgação dessa informação.

No caso da obrigatoriedade da divulgação do imposto sobre lucros relativamente a cada item de rendimento, o EFRAG conclui que esta informação por vezes pode ser útil, mas por outro lado poderá reduzir a utilidade das informações prestadas. Os custos que se esperam com esta alteração não podem superar os efeitos positivos que esta situação vai trazer:

- ✓ esta alteração obriga a que os preparadores forneçam informações adicionais, mas em contrapartida, os seus utentes vão ter mais informação disponível o que vai beneficiar a sua análise. Logo, para os preparadores, no ano de implementação assim como nos primeiros anos pode originar custos, mas não serão significativos relativamente ao total dos custos envolvidos na preparação das Demonstrações Financeiras;
- ✓ já para os utentes desta informação não se espera que surjam custos adicionais.

Os valores dos dividendos atribuídos, assim como o seu valor por acção devem ser divulgados, o que se julga que vai melhorar a utilidade das Demonstrações Financeiras, apesar de poder trazer alguns efeitos negativos espera-se que não superem os positivos:

- ✓ uma vez que isto não vem impor a disponibilização de novas informações, na realidade só vão ser apresentadas de maneira diferente, portanto não vão surgir custos adicionais para os preparadores. Poderão surgir alguns pequenos custos no

ano de implementação devido à compreensão e aplicabilidade dos novos requisitos desta norma revista;

- ✓ para os utentes também não vão surgir novos custos, até porque se espera que estes diminuam, uma vez que se torna-se mais fácil encontrar as informações que necessitam.

A conclusão final do EFRAG foi:

- ✓ a aplicação da revisão da IAS 1 vai resultar em alguns custos adicionais tanto para os preparadores como para os utentes da informação financeira, mas estes serão insignificantes;
- ✓ no geral as alterações introduzidas vão beneficiar a utilidade das informações prestadas de forma significativa, em muitos casos;
- ✓ os benefícios que se esperam com a sua aplicação vão ultrapassar os custos globais envolvidos.

O EFRAG também analisou se as alterações contidas nesta revisão à IAS 1 cumprem com as características qualitativas da informação, nomeadamente, a relevância, a comparabilidade e a compreensão da informação financeira que vai ser prestada:

- ✓ a revisão a esta norma vem exigir que as empresas divulguem em separado as alterações nos capitais próprios relacionadas com os detentores de capital das outras alterações nesta rubrica. Isto surge para melhorar a comparabilidade das informações prestadas, garantindo assim que, todas as empresas vão apresentar esta informação em separado;
- ✓ de acordo com a IAS 1 revista, todos os rendimentos, assim como todos os gastos devem ser divulgados numa única demonstração ou em duas demonstrações. Esta situação introduzida que conduz a esta escolha levantou alguma discussão por pôr em causa a comparabilidade. De um modo geral, o EFRAG não é favor que as normas deixem em aberto opções, porque afecta a comparabilidade, uma vez que

introduz uma maior flexibilidade na aplicação da norma, mas conclui-se que esta norma não é incompatível com esta característica;

- ✓ são introduzidas novas designações para algumas Demonstrações Financeiras, mas não são obrigatórias, espera-se que isto não vá afectar as características da informação financeira divulgada, uma vez que vão aparecer empresas com as designações antigas e outras com estas novas designações, mas os seus utentes já vão estar familiarizados com estas designações, portanto em princípio não lhe irá gerar qualquer confusão;
- ✓ com o objectivo de melhorar a comparabilidade esta norma revista introduz uma terceira demonstração detalhando o início do período anterior, a ser apresentada sempre que a empresa aplicar uma política retrospectivamente ou reclassifique alguns itens das suas Demonstrações Financeiras. Esta alteração é compatível com as características qualitativas da informação financeira;
- ✓ as reclassificações e os ajustamentos efectuados às Demonstrações Financeiras devem ser sempre divulgadas. Ao proporcionar esta informação os utentes vão compreender melhor a extensão de cada rubrica dos rendimentos e dos gastos que foram reclassificados ou ajustados no ano ou em anos anteriores. Isto aumenta a comparabilidade, a relevância e a compreensão das Demonstrações Financeiras;
- ✓ também surge a obrigatoriedade de divulgar o imposto sobre lucros referente aos vários itens, esta informação pode ser relevante nos casos em que o efeito fiscal é diferente. Isto vai garantir que os utentes desta informação fiquem bem informados relativamente à estimativa divulgada que se acredita que está o mais próximo da realidade. Mas, neste caso pode surgir a dúvida se, na prática, a informação possa ser excessiva o que pode pôr em causa a relevância e a fiabilidade dessa informação, mas na maioria dos casos acredita-se que vai resultar numa melhoria da informação prestada;

- ✓ os montantes dos dividendos atribuídos, assim como o seu montante por acção devem ser divulgados ou na Demonstração das Alterações de Capital ou nas notas o que também é coerente com as características qualitativas da informação prestada.

O EFRAG apoia a IAS 1 revista e conclui que cumpre as exigências do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Acredita que é do interesse público europeu adoptar a revisão desta norma, logo recomenda a sua aprovação para aplicação na União Europeia.

A Comissão Europeia, tendo em consideração a análise realizada pelo EFRAG sobre este assunto assim como as conclusões que apresentou, concluiu que no geral esta norma irá melhorar a qualidade da informação financeira a divulgar, logo vai favorecer todos os utentes da informação prestada, mesmo tomando em consideração os custos que isto possa implicar uma vez que os benefícios obtidos são suficientes para os superar.

Notas Finais

Neste momento, ainda se aguarda o endosso para aplicação na União Europeia de algumas interpretações, revisões e alterações a normas que se espera que aconteça durante este ano de 2009.

Com a adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, na União Europeia não tarda a aplicação obrigatória para todas as empresas das IAS/IFRS. Por isso, é de todo o interesse que a totalidade das normas a aplicar esteja aprovada para que as empresas europeias as adoptem, conseguindo assim divulgar informação fidedigna e comparável, o que também vai favorecer os mercados ao nível europeu.

O procedimento de Comitologia desde 1999 até aos dias de hoje tem sofrido algumas alterações no sentido de melhorar a qualidade técnica das normas assim como das suas revisões e das interpretações aprovadas, em matérias contabilísticas ao nível comunitário.

Actualmente, só são aprovadas normas ou interpretações que não prejudiquem as empresas europeias, aquando da sua aplicação prática. Logo, têm de satisfazer o interesse público europeu.

Na prática, a aplicação deste procedimento tem corrido bem, na generalidade as normas são aprovadas após todos os procedimentos normais, entre os quais pareceres e análises técnicas, assim como mais recentemente os estudos de impacto. Mas, até agora houve duas excepções, a IFRC 3 – Direitos de Emissão, que não foi endossada e até ao momento ainda não se encontrou uma solução para a situação e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que para ser aprovada foi submetida ao procedimento de *carve-out*.

O EFRAG fornece à Comissão Europeia pareceres técnicos sobre as normas ou interpretações que estão a aguardar aprovação para serem inseridas no direito comunitário. De acordo com o relatório da Comissão Europeia, Com (2008) 215 final, sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, estes pareceres têm muita

qualidade e são entregues em tempo útil para que a sejam analisados atempadamente para a tomada da decisão. Ao ficarem sujeitos à apreciação do SARG vai-se garantir o seu equilíbrio e a sua neutralidade, uma vez que este grupo é independente.

Assim, o ARC aquando da sua votação para a aprovação ou não da norma ou da interpretação já tem em seu poder elementos bastante importantes para a tomada da decisão, conseguindo assim uma votação muito mais consciente para a sua aprovação.

Neste momento, antes da aprovação de todas as normas ou interpretações, o Parlamento Europeu está a requerer à Comissão Europeia estudos de impacto, ou seja, antes de qualquer decisão final, neste processo de adopção de normas, procede-se a um estudo bastante detalhado dos efeitos da sua aplicação para a realidade empresarial europeia em que vão ser inseridas. A norma só é aprovada se não prejudicar as empresas europeias que vão ser obrigadas à sua aplicação, se em algum aspecto isto acontecer, antes da sua aprovação fica sujeita a alterações no sentido de eliminar ou corrigir os pontos que vão influenciar negativamente ou até mesmo prejudicar o interesse público europeu.

Com as alterações que foram surgindo ao longo dos tempos, no procedimento de Comitologia, o Parlamento Europeu ganhou bastante poder no processo de aprovação das normas o que lhe dá um maior realce aos seus poderes de escrutínio. Com isto acompanha muito melhor e mais atentamente a evolução da realidade contabilística ao nível comunitário e consegue participar de forma muito mais activa neste processo, conseguindo assim influenciar a nível político a própria normalização contabilística europeia com o objectivo de proteger alguns interesses.

Estas alterações levaram a que o procedimento em si se tornasse muito mais moroso, uma vez que o Parlamento Europeu ao requerer estes estudos de impacto bem fundamentados antes da decisão final para a aprovação ou não da norma ou interpretação leva a que o processo demore mais tempo. Consideramos que esta questão temporal não é muito grave uma vez que os benefícios que estes estudos vão trazer para a qualidade da norma e para a protecção do interesse público europeu superam este inconveniente temporal.

Podemos concluir que, a aplicação do procedimento de Comitologia na União Europeia tem corrido bem, o que tem contribuído para um melhor desenvolvimento da regulamentação contabilística ao nível comunitário.

Com as alterações que foram surgindo a este procedimento, no sentido de o melhorar bastante levou a que, tanto as normas como as interpretações que estão a ser aprovadas e endossadas na União Europeia, cada vez tenham mais qualidade quer a nível técnico quer ao nível da sua aplicação prática, uma vez que antes do seu endosso é analisado o impacto que vão ter aquando da sua inserção na realidade empresarial europeia.

Bibliografia

Accounting Regulatory Committee (ARC), *Meeting of the Accounting Regulatory Committee and Contact Committee, 2 February 2007*. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/arc/2007-02-02-summary-record_en.pdf, acesso em 28 Set. 2008.

ARC. *Meeting of the Accounting Regulatory Committee and Contact Committee, 6 June 2007*. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/arc/2007-06-06-summary-record_en.pdf, acesso em 28 Set. 2008;

ARC. *Meeting of the Accounting Regulatory Committee and Contact Committee, 11 July 2008*. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/arc/2008-07-11-summary-record_en.pdf, acesso em 28 Set. 2008;

AMARAL, Cristina Xavier. *Processo de harmonização contabilística internacional: Tendências actuais*. Gestão e Desenvolvimento 10, Viseu, 2001, p. 33-58;

ANTÃO, Avelino, (et al). *O novo modelo de normalização contabilística nacional*. Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa, Ano VIII, número 85, Abr. 2007, p. 23-35;

“Após a votação da Irlanda: Quo vadis Europa?”. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20080620STO32343+0+DOC+XML+V0//PT>, acesso em 5 Nov. 2008;

Borchardt, Klaus-Dieter. *O ABC do Direito Comunitário*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2000, p. 78-81;

Bruxelas. *Accounting standards: Commission endorses “IAS 39 Fair Value Option”*. Bruxelas 15 de Novembro de 2005. Disponível em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/05/1423&format=HTML&aged=1&language=EN&guiLanguage=en>, acesso em 1 Mar. 2008;

Comissão Europeia. Markt F3 D (2007) *Endorsement of IFRS 8 Operating Segments Analysis of Potential Effects – Report*. Bruxelas de 3 Set. 2007. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ifrs8-operatingsegments-report.pdf, acesso em 10 Nov. 2008;

Comissão Europeia. Com (2007) 842 final, relatório da Comissão sobre o trabalho dos comités em 2006 {SEC (2007) 1713}, *observações de carácter geral no que respeita ao sistema de Comitologia*, Bruxelas, de 20 Dez. 2007. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0842:FIN:PT:PDF>, acesso em 22 Jul. 2008;

Comissão Europeia. Com (2008) 215 final, relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, *sobre a aplicação do Regulamento (CE) n. 1606/2002, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade*,

Bruxelas, de 24 Abr. 2008. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0215:FIN:PT:PDF>, acesso em 25 Jun. 2008;

Comissão Europeia. Markt F3 D(2008), *Endorsement of IAS 1 Presentation of Financial Statements, Introduction, background and conclusions*. Bruxelas, de 6 Mai. 2008. Disponível em www.cnc-cbn.be/NL/News/2008/NL_New17-06-2008%20IAS1.pdf, acesso em 22 Dez. 2008;

Comissão Europeia. *Endorsement of IFRIC 12 Service Concession Arrangements Effect Study – Report*. Bruxelas, de 12 Jun. 2008. Disponível em http://www.cnc-cbn.be/NL/News/2008/NL_New17-06-2008%20Ifric%2012.pdf, acesso em 26 Set. 2008;

Comissão Europeia. Markt F3 D (2008) *Endorsement of the Interpretation 15 Agreements for the Construction of Real state Introduction, background and conclusions*. Bruxelas, de 20 Nov. 2008. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ifric_15_real_stat_en.pdf, acesso em 22 Dez. 2008;

Como funciona a União Europeia. Um guia sobre as instituições da União Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/06/pt.pdf, acesso em 14 Set. 2008;

Conseil Européen – Bruxelles, 15 & 116 octobre 2008, Conclusions de la Présidence, Disponível em http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=DOC/08/4&format=HTML&age_d=0&language=EN, acesso em 17 Out. 2008;

ESTEVES, Assunção. “Uma verdadeira democracia europeia não é compatível com actos de execução burocraticamente alienados das opinião pública e das suas instituições representativas”. Estrasburgo, sessão plenária de 5 de Julho. Disponível em http://www.assuncaoesteves.org/ver_noticias.asp?local=4¬icia=180&tipo=psd; acesso em 20 Jan. 2008;

Europa. *O tratado de Lisboa em poucas palavras*. Disponível em http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/index_pt.htm, acesso em 14 Jul. 2008.

European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG). *Adoption of IFRIC 3 Emission Rights*. Bruxelas, de 6 Mai. 2005. Disponível em <http://www.iasplus.com/efrag/0505ifric3endorsementadvice.pdf>, acesso em 21 Set. 2008;

EFRAG. *The Amendment to IAS 39 and IFRS 7 “Reclassification of Financial Assets”*. Bruxelas, de 14 Out. 2008. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ias/efrag/efrag-2008-10-14endorsement-letter_en.pdf, acesso em 14 Out. 2008;

EFRAG. *The costs and benefits of implementing IFRIC 15 Agreements for the Construction of Real Estate*. Bruxelas de 3 Nov. 2008. Disponível em

<http://www.efrag.org/files/EFRAG%20public%20letters/IFRIC%20Real%20Estate%20Sales/EFRAGs%20IFRIC%2015%20Effects%20Study%20Report.pdf>, acesso em 22 Dez. 2008;

IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement - Frequently Asked Questions (FAQ). Disponível em <http://www.exchange-handbook.co.uk/index.cfm?section=news&action=detail&id=50122>, acesso em 21 Set. 2008;

IASB. IFRIC 3 Emission Rights. The IASB withdrew IFRIC 3 at its meeting in June 2005. Disponível em <http://www.iasplus.com/interps/ifric003.htm>, acesso em 21 Set. 2008.

MARTINS, Ana Maria Guerra. *Curso de Direito Constitucional da União Europeia*. Coimbra, Almedina, p.359-368, 2004;

Parlamento Europeu. *Resolução do Parlamento Europeu sobre o Tratado de Lisboa*. Estrasburgo, de 20 Fev. 2008. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2008-0055+0+DOC+XML+V0//PT>, acesso em 8 Nov.2008;

Parlamento Europeu. *Relatório que contém recomendações á Comissão sobre o alinhamento dos actos jurídicos pela nova decisão relativa à Comitologia (2008/2096(INI))*, 15 de Set. 2008.

Pereira, Maria do Carmo Gonçalves da Costa. *O impacto das normas internacionais de contabilidade na fiscalidade*. Disponível em <http://www.jmmsroc.pt/downloads/10anos/09.pdf>, acesso em 22 Dez 2008.

Tribunal constitucional checo valida Tratado de Lisboa. Disponível em <http://www.euronews.net/pt/article/26/11/2008/czech-court-paves-way-for-ratification-of-eu-reform-treaty/>, acesso em 14 Dez 2008;

União Europeia. Decisão do Conselho 87/373/CE, de 13 de Julho de 1987, que fixa as modalidades de exercício da competência de execução atribuída à Comissão. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas, L 197 de 18 Jul. 1987, p. 33-35;

União Europeia. Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade de informação. *Jornal das Comunidades Europeias*, Bruxelas, L 204 de 21 Jul. 1998, p. 37-48;

União Europeia. Directiva 98/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Julho de 1998, que altera a Directiva 98/34/CE relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas. *Jornal das Comunidades Europeias*, Bruxelas, L 217 de 5 Ago. 1998, p. 18-26;

União Europeia. Decisão do Conselho 1999/468/CE, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas, L 184 de 17 Jul. 1999, p. 23-26;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, Bruxelas, L 243 de 11 Set. 2002, p. 1-4;

União Europeia. Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 51 de 26 Fev. 2003, p. 23;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 21 de Setembro de 2003, que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 363 de 13 Out. 2003, p.

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 2086/2004 da Comissão, de 19 de Novembro de 2004, que altera Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a inserção da IAS 39. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 261 de 9 Dez. 2004, p 1-65.

União Europeia. Decisão da Comissão 2006/505/CE, de 14 de Julho de 2006, que institui um grupo consultivo para as normas de contabilidade com a missão de dar parecer à Comissão sobre a objectividade e imparcialidade dos pareceres do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG). *Jornal Oficial da União Europeia* L199 de 21 Jul. 2006, p. 33-35. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:199:0033:0035:PT:PDF>, acesso em 29 Fev. 2008;

União Europeia. Decisão do Conselho 2006/512/CE do Conselho, que altera a Decisão 1999/468/CE que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão, de 17 de Julho de 2006. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 200 de 22 Jul. 2006, p. 11-13;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 1358/2007 da Comissão, de 21 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à norma internacional de relato financeiro (IFRS) 8. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 304 de 22 Nov. 2007, p. 9-20;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 297/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, no que diz respeito às competências de execução atribuídas à Comissão. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 97 de 9 Abr. 2008, p. 62-63;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 1004/2008, da Comissão, de 15 de Outubro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 39 e à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 7. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 275 de 16 Out. 2008, p. 37-41;

União Europeia. Regulamento (CE) n.º 1274/2008, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) 1126/2008 que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 1. *Jornal Oficial da União Europeia*, Bruxelas, L 339 de 18 Dez. 2008, p. 3-44;